

Acção Socialista

Nº 1231 - 10 Novembro 2004

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



PS QUER TRANSPARÊNCIA NOS MEDIA



As relações entre os poderes político e económico com os "media" têm marcado a agenda nacional nas últimas semanas. Face à actual situação, o secretário-geral do PS, José Sócrates, no final de uma audição pública na Assembleia da República, propôs um conjunto de iniciativas legislativas em ordem a estabelecer um novo quadro legal que torne transparentes essas relações, limite a concentração de meios e impeça o Estado de ter participações nos órgãos de Comunicação Social, à excepção da Lusa, RTP e RDP.

3

INICIATIVA

Desenvolvimento do interior é prioridade para o PS

5

CONSTITUIÇÃO EUROPEIA

Sócrates lança campanha pelo "sim"

5

ENTREVISTA

Mesquita Machado: "O país precisa de uma verdadeira regionalização"

13

SCUTS

Socialistas contestam introdução de portagens

16

PEC

Governo negligencia dívida pública

18

PIDDAC 2005

REGIÕES VOTADAS AO ABANDONO

O descontentamento generalizado face ao PIDDAC/2005 é bem elucidativo da demissão do Governo em matéria de investimento público. Adiar, suspender, eliminar e, obviamente, desinvestir, são as suas características mais gritantes, mostrando assim o desprezo do Governo pelos concelhos do país, particularmente os do interior.

Em virtude de uma injusta e desequilibrada distribuição das verbas do Orçamento, o poder central está a votar ao abandono as diferentes regiões, gerando situações dramáticas nas zonas

e tecidos mais frágeis, em total desrespeito pelas aspirações de bem-estar a que todas as populações têm direito.

Comparando este PIDDAC com o último dos governos do PS, verifica-se uma baixa de 7 por cento, o que significa menos 500 milhões de euros de investimentos públicos. Torna-se, portanto, urgente mudar a forma como se distribui o dinheiro dos contribuintes pelo território nacional, o que só acontecerá quando o PS voltar de novo ao Governo.

6 a 11

NOVO SUPLEMENTO MENSAL

EUROPA



Suplemento



MISSÃO 2005: CONSTRUIR A ALTERNATIVA PS!

I. Portugal tem vivido perplexo e progressivamente angustiado momentos dramáticos para o futuro do país. Depois de uma sucessão de escândalos atentatórios da dignidade e credibilidade nacionais – a fuga do primeiro-ministro e sua substituição por recurso a um “golpe na secretaria”; a desastrosa colocação de professores; os atentados a direitos fundamentais como sejam a liberdade de expressão e de imprensa; ... –, assiste-se agora ao “pesadelo anunciado” pelo Orçamento de Estado para 2005, que padece de um profundo défice de credibilidade, evidenciado, designadamente, pelas seguintes razões:

1. O OE/2005 não traduz uma estratégia global clara e coerente para o país. Qual o papel de Portugal na Europa e no Mundo? Qual a política social? Qual a política económica? Quais as medidas e respectiva tradução orçamental para promoção da coesão social, económica e territorial? Quais as reformas estruturais? Sem objectivos estratégicos um Orçamento de Estado transforma-se num poderoso instrumento ao serviço de políticas eleitoralistas.
2. O OE/2005 constitui uma tradução financeira desastrosa da falta de estratégia para o país. Para além do caos financeiro que irá provocar nas políticas sectoriais vítimas da desorçamentação (apesar do previsto lucro do sector da saúde anunciado pelo ministro da tutela!!!), este Orçamento constitui um verdadeiro ataque à classe média que, recentemente promovida a rica por este Governo, maioritariamente não será abrangida pelas quase imperceptíveis baixas no IRS mas que será prejudicada pela eliminação dos benefícios fiscais associados à poupança. Quem não paga impostos nada tem a recear do OE para 2005. Quem paga impostos e poupou para comprar habitação própria, para ter um complemento de reforma, ou para apoiar a educação dos filhos, tem razões para se sentir enganado. Será este o apregoado apoio às famílias?!
3. O OE/2005 esquece o anterior “designio nacional” da consolidação orçamental, afogada em receitas extraordinárias transformadas em recurso permanente. Confessa-se que o défice real ultrapassou os 5 por cento em 2003 e será de 4,8 por cento em 2004, enquanto a dívida pública, que era de 55 por cento do PIB em 2001, já ultrapassou o limite previsto no PEC de 60 por cento, prevendo-se que atinja os 64 por cento em 2005. Este descalabro colocou já Portugal em risco de baixar o seu *rating* internacional, o qual se mantém estável desde 1998, como já foi alertado pela Standard & Poor's. A falta de confiança das empresas e das famílias, visível nos indicadores de expectativas económicas desde o 2º semestre de 2002, Bagão Félix conseguiu em três meses acrescentar a destruição da credibilidade externa conquistada com a entrada no euro.

Mas isto é apenas a ponta do icebergue! Em matéria de estratégia de investimento público estruturante o pesadelo é ainda pior.

II. No sector das obras públicas e transportes, como em todos os outros, a situação agrava-se vertiginosamente. Para além das questões orçamentais, a imagem de competência que têm tentado colar ao ministro António Mexia tem-se apenas traduzido numa visão economicista e no anúncio de medidas por vezes contraditórias e pouco fundamentadas para o sector, das quais se dão apenas três exemplos:

1. Na questão das Scut são ignoradas questões como o desenvolvimento do interior e a coesão social e territorial do país. Em contrapartida é anunciado um sistema de cobrança de portagens em que não se sabe quem vai pagar, como irá ser efectuada a cobrança, quanto irá custar e em que medida é que irá provocar a diminuição do número de utilizadores e portanto das receitas. Em suma, o Governo levemente anunciou um sistema que irá prejudicar o desenvolvimento das áreas abrangidas sem cuidar sequer de fundamentar a sua decisão, quer do ponto de vista da solução tecnológica quer do ponto dos anunciados ganhos financeiros.
2. No sistema de alta velocidade ferroviária o Governo PSD/CDS-PP já anunciou três versões diferentes em dois anos e meio. A última delas, a do ministro António Mexia, começou por considerar a eventualidade da sua passagem pela Ponte 25 de Abril, o que não pode deixar de ser considerado uma aberração técnica e estratégica. É um erro técnico porque a ponte tem uma capacidade limitada pelo seu regime de exploração (muito embora o ministro esteja feliz porque lhe aumentou os canais disponíveis com a redução de serviço operada na Fertagus, relativamente ao contratado no tempo do governo PS, prejudicando as populações!), porque o acesso à ponte faz-se pela linha de cintura, eixo ferroviário urbano de Lisboa, e pela linha Pragal – Pinhal Novo – Setúbal/Algarve, onde a operação é condicionada pelos comboios suburbanos e interurbanos, e porque todo este sistema está em bitola ibérica e a restante rede de alta velocidade europeia, incluindo a espanhola, está em bitola europeia. É um erro estratégico porque condiciona o sistema estruturante da rede ferroviária nacional ao existente nos suburbanos de Lisboa, prejudicando definitivamente a sua performance e a integração com o resto da Europa e, simultaneamente, pondo em causa a viabilidade de um sistema de transportes na Área Metropolitana de Lisboa. A crescer ao referido, temos agora o “encurtamento” da distância entre Lisboa e o Porto. O “milagre” é conseguido à custa do planeamento de uma linha de “alta” (!) velocidade baseada em desvios em torno dos pontos mais críticos da rede. Sinceramente, a travessia do Tejo pela Ponte 25 de Abril e a ligação Lisboa-Porto baseada em desvios activos poderão estar relacionados com o planeamento de uma rede regional mas não seguramente com uma rede de alta velocidade ferroviária integrada na rede transeuropeia de transportes.
3. O anúncio da criação de uma *holding* para os portos sem que seja divulgada a sua fundamentação é mais uma prova da falta de

credibilidade da actual governação. Qual é a estratégia? Quais são os objectivos? Um porto não pode ser encarado apenas como um local de cargas e descargas, um porto tem também um papel importante no desenvolvimento das economias regionais e, portanto, na economia nacional. Esta medida, anunciada sem qualquer fundamentação e pondo em causa o processo em curso de atribuição de concessões, parece ser um anacronismo ditado pela tentação centralizadora com vista à criação de um instrumento financeiro de utilização facilitada.



ANA PAULA VITORINO

III. Face ao descalabro nacional a que conduz a política imediatista e eleitoralista deste Governo, é cada vez mais urgente e relevante a construção de uma alternativa credível para a condução dos destinos do País. Cabe ao PS, a todos nós, assumir a responsabilidade da preparação do futuro, esse será o nosso grande desafio.

1. O PS pode orgulhar-se de contar entre os seus militantes alguns dos melhores quadros nacionais. Está na hora de redobramos e unirmos esforços, de darmos ao partido e a Portugal, com ainda maior determinação, o melhor do seu saber.
2. A sociedade exige do PS uma resposta credível, um espaço de participação, exige do PS a preparação de uma governação onde se revejam, com a identificação de políticas sociais e económicas justas, claras e executáveis. A esquerda moderna constrói-se e pratica-se com a sociedade e para a sociedade.
3. As “Novas Fronteiras” serão o ponto de encontro dos saberes e dos esforços de todos nós militantes e da sociedade civil, determinados em construir uma estratégia para um Portugal melhor. É absolutamente essencial reunir o melhor que existe dentro e fora do partido para identificar os problemas reais do país, para estabelecer e programar medidas para os ultrapassar, para definir o rumo para um Portugal social e económico de sucesso, activo dentro da União Europeia e aberto ao Mundo. É urgente preparar o futuro!

IV. O grande desafio de construção do futuro vai ter pela frente, nos próximos dois anos, uma sucessão de batalhas para as quais o PS tem que estar preparado. O referendo à Constituição europeia (no qual provavelmente seremos o único partido convicadamente europeísta), as eleições autárquicas, presidenciais e legislativas, vão exigir de todos os militantes e das suas estruturas um forte empenhamento com o qual conseguiremos a onda de vitória que Portugal espera de nós. *Camaradas, “tocou a rebate”!*

QUE GRANDE GALO

ANTONIO COLAÇO

- SOCORRO! NÃO CONSIGO ESCREVER A CARTA AOS PORTUGUESES!

TIREM-ME DAQUI ESTES GALOS!

QUEM FOI O IDIOTA DA CENTRAL DE COMUNICAÇÃO QUE TEVE A BRILHANTE IDEIA DE ME FAZER PASSAR UM FIM DE SEMANA EM BARCELOS?!



AUDIÇÃO PARLAMENTAR SOBRE "MEDIA"

SÓCRATES ANUNCIA MEDIDAS PARA TRANSPARÊNCIA NA COMUNICAÇÃO SOCIAL



Para clarificar o "enevado" panorama mediático português, bem como as relações, por vezes promíscuas, entre órgãos de Comunicação Social e poderes político e económico, o PS apresentará na Assembleia da República iniciativas legislativas no sentido de impedir a possibilidade do Estado ter participações nos órgãos de Comunicação Social – à excepção da Lusa, RTP e RDP –, de limitar a concentração dos meios e de aperfeiçoar a legislação relativa aos estatutos do jornalista.

O anúncio foi feito pelo secretário-geral socialista, José Sócrates, no final de uma audição promovida pela bancada socialista sobre esta matéria e que contou com a participação dos jornalistas Inês Pedrosa, José Pedro Castanheira, Joaquim Vieira e do constitucionalista Vital Moreira.

No encerramento deste encontro, que encheu o auditório da Assembleia da República no passado dia 4, Sócrates disse que uma das iniciativas legislativas do PS proibirá a possibilidade do Estado ter participações directas ou indirectas no capital de meios de Comunicação Social não públicos, uma vez que uma tal participação estatal só se justifica nas empresas de serviço público – casos da RTP, RDP e da Agência Lusa.

O líder socialista adiantou de seguida que os deputados socialistas apresentarão também diplomas que abordarão a polémica questão da concentração e das competências das administrações nos conteúdos editoriais.

No primeiro caso, explicou, a intenção é "estabelecer novos limites para além dos existentes", pelo que se pretende accionar travões legais não só à concentração de propriedade dos meios em diferentes

suportes (concentração horizontal), mas também à mistura entre plataformas de distribuição e órgãos de comunicação (concentração vertical). Isto porque, disse Sócrates, "a diversidade é a mãe da liberdade".

Na sua intervenção, o secretário-geral do PS considerou ainda necessário aperfeiçoar a legislação que enquadra o estatuto dos jornalistas, designadamente para "proibir as interferências do proprietário na linha editorial".

"É preciso clarificar na lei que o proprietário só tem o poder de intervenção (na linha editorial) no acto fundador" do órgão de Comunicação Social, frisou Sócrates, defendendo ser necessário "agravar o actual regime sancionatório" em casos de incumprimento da lei e revelando que a segunda iniciativa legislativa do PS irá neste sentido.

"Além de coimas para o proprietário que desrespeitar a lei, o Partido Socialista entende que uma segunda condenação deve ter como consequência a inibição da sua actividade profissional", declarou, para deixar depois um recado à maioria parlamentar de direita: "Se estes projectos não forem aprovados agora, sê-lo-ão depois, quando ganharmos as eleições

legislativas em 2006".

Na sua intervenção, José Sócrates aludiu também à polémica gerada pela saída de Marcelo Rebelo de Sousa da TVI, considerando o caso "de extrema gravidade" porque "indica um comportamento generalizado, aceite e tolerado".

"Mas, ainda mais grave, foi a atitude da maioria PSD/CDS-PP impedir que este incidente fosse discutido na Assembleia da República", declarou, a este propósito, na abertura dos trabalhos da audição, o presidente do GP/PS, António José Seguro, para quem o Governo é o máximo responsável pelo, não só pelo "caso Marcelo", mas também pelas nomeações polémicas na Portugal Telecom e recusas indignadas no "Diário de Notícias".

Reflectir seriamente o panorama dos "media"

Centrando a sua intervenção na necessidade de assegurar e preservar a independência dos órgãos e dos profissionais da informação, Vital Moreira afirmou existir actualmente uma relação de "promiscuidade" entre os jornalistas e os governos.

O constitucionalista entende que o

problema que se debate não reside na criação ou extinção de lei mas no seu manejo, pelo que sugeriu a constituição de uma entidade auto-reguladora de adesão obrigatória para fiscalizar a actividade dos profissionais da Comunicação Social e sancionar o incumprimento dos deveres deontológicos destes.

"Faz-me imensa impressão que um jornalista saia de assessor do Governo e comece pouco depois a escrever artigos de opinião sem que nada aconteça", referiu o docente da Universidade de Coimbra, para quem se justifica plenamente a definição de um período de "quarentena" ou "nojo" para minimizar os efeitos negativos desta situação.

Vital Moreira também alertou para a importância de se garantir o pluralismo nas televisões privadas de sinal aberto, que são apenas duas em Portugal.

"Ou o mercado de televisão se abre, ou então tem de assegurar por lei a obrigatoriedade de regras de pluralismo entre os operadores privados", sustentou. Já Joaquim Vieira contrapôs-se à ideia de uma entidade reguladora da actividade da informação constituída apenas por jornalistas, sublinhando o risco de algum "corporativismo".

Aconselhando o PS a demonstrar as sucessivas incoerências do Governo relativamente a esta matéria, o jornalista criticou veementemente a criação da Central de Comunicação, alertando para as escassas informações sobre o que esta entidade será de facto, sobre o seu alcance real e sobre o que com ela se pretende.

Por seu turno, o repórter José Pedro Castanheira citou casos de pressão sobre o jornal Expresso, um deles vindo do líder do CDS-PP; a partir de notícias que o envolviam no caso Universidade Moderna. "Paulo Portas reclamou ao jornal Expresso uma indemnização de um milhão de contos. Estou certo que não se tratava de uma forma de Portas ser ressarcido, mas apenas de uma forma de intimidação do jornal", declarou Castanheira, para explicar depois como o grupo Espírito Santo "cortou a sua publicidade" no referido semanário, na revista "Visão" e na SIC "por não ter gostado de artigos de opinião escritos no 'Expresso' sobre a venda de parte do capital da Galp".

Na sua intervenção, a jornalista e escritora Inês Pedrosa insurgiu-se contra o eco que teve o convite a Clara Ferreira Alves para ser directora do "Diário de Notícias", entretanto recusado, por entendê-lo como um caso entre outros, e afirmou que "fazer da informação um negócio é a melhor forma de tornar Portugal num país menos europeu e menos democrático".

Alertando também para a urgência de estender o princípio da incompatibilidade de funções a quem acumule as profissões de jornalista e de advogado, Inês Pedrosa desafiou o PS a legislar sobre as matérias discutidas enquanto oposição e a prosseguir com a séria reflexão encetada e sobre as formas de combater promiscuidades e a concentração excessiva dos órgãos de Comunicação Social.

MARY RODRIGUES

MEDIDAS SOCIALISTAS

- O Estado fica proibido de, directa ou indirectamente, ter participações em órgãos de Comunicação Social, com excepção dos de serviço público (RTP, RDP e Lusa).
- As administrações ficam formalmente impedidas de interferir nos conteúdos editoriais, salvo no acto fundador do(s) respectivo(s) meios de comunicação; se o fizerem sujeitam-se a sanções que vão desde coimas à inibição da actividade.
- Introduce-se no Estatuto dos Jornalistas uma norma que impede o trânsito sem limites das assessorias de imprensa para as redacções.

AUTÁRQUICAS 2005 EM PREPARAÇÃO

O PS vai anunciar os seus candidatos às câmaras municipais do país até Março do próximo ano. A decisão surge na sequência de duas reuniões efectuadas no passado dia 3, na sede nacional do Largo do Rato, entre os presidentes de federações, o responsável pelo pelouro autárquico no âmbito do Secretariado Nacional, Jorge Coelho, e o secretário-geral, José Sócrates. Assim, em Março deverá realizar-se uma convenção autárquica do PS, para lançar a campanha socialista e discutir as questões do poder local. O calendário do PS inclui também uma convenção de autarcas de freguesia em Janeiro, outra de mulheres autarcas em Fevereiro, uma de jovens autarcas em Abril e um colóquio internacional sobre poder local, em Abril. As eleições autárquicas de 2005, que deverão realizar-se em Outubro, estão a ser preparadas e coordenadas pelo secretário nacional Jorge Coelho.

GNR NO IRAQUE

PS CONTRA PROLONGAMENTO DA MISSÃO



O PS contestou a decisão do Governo de prolongar por 90 dias a missão da GNR no Iraque, defendendo que as forças militares portuguesas deveriam regressar na próxima sexta-feira, altura em que acaba o seu mandato. Em comunicado, o PS "reafirma a posição anteriormente assumida de que aquela força deveria regressar a Portugal findo o compromisso que agora se esgotou", sublinhando que a decisão tomada pelo Governo é assim "da sua exclusiva competência e responsabilidade".

O PS faz ainda uma advertência ao Governo, afirmando que este, ao decidir prorrogar a missão das forças portuguesas no Iraque, "terá certamente tido em conta a avaliação que faz das condições em que a GNR actua e desenvolve a sua missão e a natureza dos compromissos que o próprio Governo assumiu". "Torna-se bem claro que essa prorrogação pressupõe a realização das eleições referidas na resolução 1546 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e no prazo nela previsto", refere ainda o comunicado.

ELEIÇÕES NOS EUA

EUROPEUS E AMERICANOS TÊM DE APROXIMAR AGENDAS

O PS considerou que a vitória de George W. Bush nas eleições presidenciais norte-americanas representa uma nova responsabilidade para a política externa europeia.

"A Europa estaria derrotada se estivesse dependente dos resultados das eleições presidenciais norte-americanas", afirmou o dirigente socialista Luís Amado.

O secretário nacional do PS para as Relações Internacionais referiu que a reeleição de George W. Bush "estava de certa forma anunciada e abre uma nova expectativa" sobre a forma como exercerá o seu segundo mandato.

"Esperamos que o presidente dos Estados Unidos tenha, no seu segundo mandato, em consideração alguns dos aspectos mais negativos e mais criticados pela generalidade dos países europeus", sublinhou o dirigente socialista.

Luís Amado considerou "indispensável que a Europa e os Estados Unidos restabeleçam uma relação normal do ponto de vista político e relancem a agenda transatlântica o mais rapidamente possível".

Face ao resultado das eleições presidenciais nos Estados Unidos, "os europeus também terão de estar à altura das suas responsabilidades", referiu. Segundo Luís Amado, europeus e norte-americanos "têm de se aproximar em torno de uma agenda comum e procurar em conjunto respostas também comuns para os principais problemas mundiais".

ECONOMIA

OE 2005 É "OPORTUNIDADE PERDIDA" PARA RETOMA

A má proposta de Orçamento de Estado para 2005 mina a credibilidade externa da economia portuguesa. Esta realidade iniludível ressalta mais evidente ainda depois de divulgada a análise de uma das principais agências que avaliam os riscos dos empréstimos em diferentes países. Conhecedor dos dados apresentados pela Standard & Poor's (S&P) relativos a Portugal, o secretário-geral do PS, José Sócrates, alerta para o facto desta ter baixado a classificação da economia nacional, passando-a de "estável" para "negativa".

No final de sucessivos encontros com empresários e sindicalistas, numa jornada pelo distrito de Braga, o líder socialista acusou o Executivo de arrastar o país a "níveis históricos de falta de confiança", considerando que a interpretação da S&P "é um preocupante sinal revelador da desconfiança dos mercados financeiros face à economia portuguesa e ao Orçamento, que se perspectiva como um falhanço".

Na análise da agência de notação financeira intitulada "Janela de Oportunidade Perdida para a Reforma Orçamental em Portugal", classifica-se como "negativa"



a previsão de evolução da economia nacional, reafirmando-se, porém, a notação de "AA" para a dívida de longo prazo de Portugal e de "A-1" para a dívida de curto prazo.

No documento, a S&P justificou que a revisão da perspectiva reflecte a "falta de progresso na implementação do programa de reforma" orçamental, a "contínua utilização de medidas não recorrentes" e "um mais fraco comprometimento com o limite de Maastricht de um défice de 3 por cento [do PIB]".

Além disso, a S&P ameaçou que, "sem significativos e sustentados progressos na consolidação orçamental, além do que é actualmente esperado, o rating português será revisto em baixa durante 2005".

A Standard & Poor's é particularmente crítica na análise que faz da eficácia da política orçamental seguida pela coligação PSD/PP, prevendo que as reformas estruturais ficarão de fora da agenda portuguesa até depois das próximas eleições legislativas de 2006.

REUNIÃO COM AIP

A MAIS LONGA DIVERGÊNCIA DE PORTUGAL FACE À EUROPA

O secretário-geral do PS alertou para o afastamento de Portugal face à Europa, sublinhando que "este é o maior período de divergência desde a adesão de Portugal" à União Europeia.

José Sócrates falava no dia 27 no final de

uma reunião com a Associação Industrial Portuguesa (AIP), que lhe apresentou as linhas de força do seu documento sobre competitividade.

O líder socialista afirmou que "Portugal está a perder quota nos mercados internacio-

nais, a aumentar as falências, a aumentar o desemprego, levando ao afastamento da Europa".

"Somos uma das nações mais endividadas", disse José Sócrates agastado com "o declínio das finanças públicas" em Portugal.

PINA MOURA AFIRMA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA É ESSENCIAL PARA O PROGRESSO E COMPETITIVIDADE DO PAÍS

O deputado socialista Pina Moura considerou a Administração Pública fundamental para o progresso económico de Portugal, dado que as instituições públicas têm um papel essencial na promoção da competitividade económica do país.

"Temos de ganhar a batalha da competitividade económica com um visão mobilizadora da Administração Pública", disse o ex-ministro das Finanças, que falava no dia 3 no II Congresso Nacional de Administração Pública.

"É com a Administração Pública e com os seus quadros, mais qualificados e menos qualificados, que temos que melhorar o crescimento, de forma sustentada, aproximando o modelo português do modelo e nível de vida



europeus", sustentou.

Pina Moura fez uma análise da competitividade económica portuguesa nas últimas quatro décadas, dos seus avanços e recuos, dando algumas explicações para esses movimentos.

O funcionamento das instituições foi um dos factores apontados como possível impulsionador do desenvolvimento económico ou, pelo contrário, como travão da competitividade económica.

O deputado do PS elegeu também a educação como um dos factores importantes para resolver os problemas de competitividade económica e lembrou que Portugal é dos países da União Europeia com menor percentagem de alunos que termina o ensino superior e a escolaridade obrigatória.

SÓCRATES EM VILA REAL

DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR É PRIORIDADE PARA O PS

Com os problemas da interioridade sob pano de fundo, o secretário-geral do PS, José Sócrates, desferiu um fortíssimo ataque ao Executivo, acusando-o de ter aumentado as assimetrias regionais, situação que se vai agravar porque "o Governo desistiu do interior" no OE para 2005. Ao contrário da maioria, o desenvolvimento do interior é "uma prioridade política" para o PS.

"Não me resigno à falta de emprego no interior, à falta de infra-estruturas, à injustiça e ao Portugal dividido em dois, um rico e outro pobre", salientou o líder do PS durante um debate no passado dia 6 com militantes e autarcas socialistas do distrito de Vila Real sobre o Orçamento do Estado (OE) e as Grandes Opções do Plano (GOP) para 2005.

E acrescentou que os cidadãos do interior "têm direito a um investimento público justo que compense as assimetrias e as injustiças e a distância ao poder".

Considerou ainda que os últimos dois anos e meio de governação da direita "foram maus de mais" para o país, mas essencialmente para o interior. "Houve um recuo, um andar para trás em tudo aquilo que eram as políticas de apoio ao desenvolvimento destas regiões", disse.

Na sua intervenção em que fez um retrato demolidor do OE para 2005, que "em nada



corrigirá as assimetrias, antes as agravará", o líder do PS acusou o Governo de ter "desistido do interior" ao esquecer-se de consagrar no OE que as empresas do interior paguem menos IRC, uma discriminação positiva implementada pelo PS para promover emprego e fomentar a instalação de empresas nestas regiões do país.

Para Sócrates, o "esquecimento" face ao

país desfavorecido é visível, desde logo, no recente abandono do modelo de auto-estradas sem custos para o utilizador (Scut's) lançado durante os governos socialistas, e que permitiu que esteja em construção a auto-estrada entre Viseu, Régua, Vila Real e Chaves.

Um modelo que vai agora ser alterado pelo Governo, com a introdução de portagens nestas vias seguindo uma "utilização

abusiva do princípio do utilizador/pagador", a mesma utilizada até 1996 e que levou à construção de auto-estradas apenas no litoral do país.

Para o líder do PS, o Governo, em vez de corrigir aquilo que foi um "declínio do investimento, propõe-se este ano a investir no distrito de Vila Real menos que no ano anterior".

"Este Orçamento e esta política têm uma

marca de injustiça, de desprezo e de esquecimento", frisou, acrescentando que o Governo "não tem moral para pedir um voto sequer no interior".

Na sua intervenção, José Sócrates defendeu uma nova política económica para o país, para o desenvolvimento e para um aumento dos indicadores de confiança, quer dos investidores ou agentes económicos, que "tem declinado nos últimos meses".

Receitas extraordinárias são como a droga

O líder do PS frisou ainda que Portugal avança para o quarto ano consecutivo com um crescimento inferior ao da Europa, e que durante os últimos dois anos e meio o Governo promoveu uma política de "falhanço e de fracasso", que colocou Portugal numa "situação pior do que estava em 2001", quer em termos económicos quer nas contas públicas.

"Vamos agora para o quarto ano com um Orçamento do Estado baseado apenas nas receitas extraordinárias, que são como uma droga, assim que se toma a primeira vez é difícil largá-las", afirmou.

E sublinhou que o país necessita de "um Partido Socialista activo, que crie uma oposição enérgica ao Governo e uma alternativa política ao país".

SECRETÁRIO-GERAL ACUSA

GOVERNO VIROU COSTAS À CIÊNCIA

O secretário-geral do PS, José Sócrates, acusou no dia 28, no Porto, o Governo PSD/PP de ter virado as costas à ciência desde que chegou ao poder em 2002, traduzido nos "cortes cegos" que tem efectuado nas verbas destinadas a esta área, que considerou prioritária para o desenvolvimento do país.

"Os últimos dois anos foram maus de mais para a ciência. A ciência foi alvo de cortes cegos nos financiamentos que a secundarizaram e marginalizaram", disse, considerando "deplorável" esta política que prejudica o desenvolvimento do país.

É que, explicou, "o país precisa da sua ciência para que possa ter uma economia competitiva, bem integrada na economia global, e também para se afirmar nos caminhos do desenvolvimento".

Para o líder socialista, "se há uma aposta segura que hoje podemos fazer ela deve ser feita a nível do conhecimento, da inteligência, da massa cinzenta, da dimensão científica".

José Sócrates falava no final da visita a duas das mais prestigiadas instituições portuguesas na área da investigação - o Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto (IPATIMUD) e o Instituto de Biologia Molecular e Celular (IBMC) -, no âmbito de uma ronda de contactos com



Sobrinho Simões admitiu que estes atrasos não são tão penalizadores para o seu instituto, uma vez que gera um terço da receita na prestação de serviços.

No entanto, Alexandre Quintanilha admitiu que alguns sectores do IBMC podem ser forçados a encerrar no próximo ano por asfixia financeira.

Jantar com cientistas

A visita aos dois institutos realizou-se depois de Sócrates ter jantado no dia anterior com um grupo de cientistas e investigadores portugueses.

Na ocasião, o líder do PS recordou que Portugal gasta cem euros por habitante em ciência e investigação, quando a média europeia anda pelos 460 e considerou que, nos últimos anos, esta área foi fortemente penalizada pelas políticas do Governo de direita. Uma situação que, disse, urge inverter.

No jantar participaram nomes como Alberto Amaral (ex-reitor da Universidade do Porto), Alexandre Quintanilha (Instituto de Biologia Molecular e Celular), Baltazar Romão de Castro (Faculdade de Ciências), José Silva Costa (Faculdade de Economia), e Mário Barbosa (Instituto Nacional de Engenharia Biomédica) e Teresa Lago.

instituições e personalidades da ciência integrada na preparação do fórum "Novas Fronteiras".

O líder do PS considerou ainda que a falta de investimento do Governo na ciência "prejudicou muito a dimensão do nosso desenvolvimento, prejudicou muito o esforço científico nacional e prejudicou muito tudo aquilo que tínhamos vindo a fazer no sentido de aproximar os nossos indicadores científicos na média europeia".

Alexandre Quintanilha confirmou que a instituição que dirige, o IBMC, ainda não recebeu todas as verbas relativas a 2003, enquanto Sobrinho Simões disse que o instituto de que é responsável, o IPATIMUD, só recebeu uma pequena parte do montante que lhe foi atribuído para este ano.

LÍDER SOCIALISTA LANÇA CAMPANHA PELO "SIM" NO REFERENDO À CONSTITUIÇÃO EUROPEIA

O envolvimento do PS na agenda europeia vai intensificar-se. O anúncio do secretário-geral de que os socialistas vão fazer campanha pelo "sim" no referendo sobre o tratado constitucional da UE é prova disso mesmo. Para tal o PS conta com os jovens.

Foi num cenário de juventude, em Vila do Conde, que José Sócrates lançou a palavra de ordem "Mais Europa é mais Portugal", tendo então apelado ao "profundo envolvimento" dos jovens socialistas na campanha do referendo, já que "a Constituição europeia é um passo na direcção certa".

"O projecto da construção europeia é o mais importante de todos e é para nós uma prioridade política", sustentou.

Para o líder socialista, "só uma Europa forte poderá garantir a paz mundial, garantir o desenvolvimento, o reforço do modelo social europeu, o respeito pelo ambiente e contrabalançar o poder dos Estados Unidos".

"Votar na Europa é votar no futuro da juventude de Portugal, é votar num mundo melhor", afirmou o secretário-geral do PS.

Para além das questões europeias, Sócrates dedicou grande parte da sua intervenção a denunciar as políticas contra a juventude do Governo, uma das imagens de marca da coligação de direita.

"Percebo perfeitamente porque é que os jovens estão contra este Governo, Os jovens estão contra o Governo por causa do desemprego, da educação, do falhanço nas políticas de ciência e conhecimento, e pela perda de benefícios na habitação".

Sobre o maior flagelo que atinge os jovens, o desemprego, o líder socialista sublinhou que "em dois anos e meio" de governação da direita surgiram mais 150 mil desempregados, "muitos dos quais jovens licenciados".

"Nunca um Governo em tão pouco tempo perdeu tanto emprego", disse, acrescentando que "nunca foi tão difícil para os jovens conseguir o primeiro emprego".

Neste contexto, Sócrates defendeu que "é preciso uma nova visão política com mais investimento na cultura e na ciência, que puxe pelo desenvolvimento tecnológico".

POR QUE ESTÁ O PS CONTRA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2005



JOEL HASSE FERREIRA

1. Há na proposta de Orçamento de Estado para 2005 um conjunto de orientações que procuram conciliar o que é praticamente incompatível. Daí a falta de credibilidade que se tornou notória nacional e internacionalmente. O Orçamento parte de pressupostos mal estabelecidos e de um cenário de difícil concretização. Proclama o combate à evasão fiscal e a prevenção da fraude, mas para além da discutível proposta de criação de um novo corpo policial, mais não faz do que repegar (de forma tecnicamente frágil) oportunas propostas do PS em boa parte rejeitadas pela actual maioria parlamentar das direitas. Diz o Governo que aumenta o investimento, mas o que aumenta brutalmente são as cativações, ou seja, as verbas que ficarão congeladas. Para além da efectivação de um conjunto de manobras, através das quais montantes correspondentes a despesas correntes de instituições (englobando remunerações certas e permanentes), terem sido transferidos para o PIDDAC, de forma completamente irregular, por instrução governamental. E essa manobra, realizada com particular incidência na área da ciência e do ensino superior, verifica-se também noutros sectores. O aumento do PIDDAC, neste contexto, é uma clara mistificação. Estão englobadas, de uma forma inusitada, despesas correntes de vários organismos. E mesmo assim, se compararmos com o PIDDAC de 2002, o último apresentado pelo Governo do PS, descontando as cativações e a inflação, verifica-se que mesmo a subida formal apresentada, só o é face aos orçamentos recessivos de Durão/Ferreira Leite.
2. As fragilidades da política financeira e a falta de credibilidade deste Orçamento contribuem para que uma das mais prestigiadas agências internacionais de "rating" viesse a diminuir a notação para Portugal, fazendo-a recuar para os níveis anteriores à governação de Guterres. E esta baixa de notação pode ter implicações no custo da dívida pública do Estado e das empresas a ele ligadas, nomeadamente as que disponham de capital público. Importa sublinhar o aumento drástico da dívida pública. Com Guterres e Sousa Franco, a dívida pública baixou (em % do PIB) para pouco mais de 53 por cento. Tinha sido herdada do Governo de Cavaco Silva com mais de 60 por cento. Pois bem, com este Governo, já ultrapassou novamente os 60 por cento e com o OE 2005, avizinhar-se-á dos 64 por cento. Ora, a dívida pública é cada vez mais considerada como o verdadeiro critério de aferição da sustentabilidade dos processos de consolidação orçamental. Isto mesmo foi defendido pelo PS nomeadamente a partir de Janeiro de 2003 no âmbito das propostas de revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Hoje este critério tem sido também defendido pela Comissão Europeia cessante e nomeadamente pelo comissário Joaquim Almunia.
3. Dirão que o défice baixa. Trata-se de cosmética e de pura ficção. À parte receitas extraordinárias, o défice (de acordo com o próprio Relatório do OE) em 2005 ultrapassará 4 por cento. O que é evidente é a brutal diferença entre o défice calculado "para Bruxelas ver" e a solicitação de autorização de financiamento da Assembleia da República. A diferença é muito elevada. Calculam o défice como se não fossem utilizar as verbas que estão cativadas. Determinam o valor do financiamento a solicitar à Assembleia da República como se as cativações não existissem ou fossem completamente descongeladas ou desativadas. Tentarão com esta manobra afastar a obrigatoriedade de um futuro Orçamento Rectificativo. Pode ser que não o consigam, dado o conjunto de encargos com a saúde que estarão "discretamente" a ser empurrados de ano para ano.
4. A obtenção das receitas extraordinárias para colmatar as dificuldades orçamentais assenta nalgumas operações perigosas e que hipotecam o futuro. Conjuga-se a transferência de fundos de pensões para a Caixa Geral de Aposentações com a venda e posterior arrendamento de instalações de serviços públicos que estão

a funcionar. No caso da transferência de fundos contabiliza-se mediatamente o valor dos activos, e assumem-se responsabilidades para décadas. No domínio da venda e arrendamento das instalações, contabiliza-se imediatamente o valor da venda e assumem-se responsabilidades financeiras a perder de vista.

5. O cenário macroeconómico apresentado tem pelo menos duas dificuldades. A do petróleo e a do crescimento económico. Este foi já posto em causa pelas previsões de Outono difundidas pelo Eurostat, a partir de Bruxelas, as quais prevêem um crescimento económico de 2,2 por cento em 2005 e não de 2,4 por cento como aponta o Governo no cenário das Grandes Opções do Plano, base do próprio Orçamento de Estado. A estimativa do preço do petróleo é relativamente optimista e não é nada claro que se confirme (muito pelo contrário). Por outro lado, há que sublinhar que o Programa de Estabilidade e Crescimento apresentado em Bruxelas, no início deste ano, utilizando um preço do petróleo significativamente mais baixo, estabeleceu a previsão de um crescimento económico inferior ao hoje estimado.
6. Na área fiscal as reduções do IRS em geral (para quem não poupa) são irrisórias e enquanto se agrava a carga fiscal para quem poupe aumenta-se o IRC para as empresas localizadas no interior, já penalizadas pela introdução de portagens nas Scut's. Paralelamente, o ISP é significativamente agravado, o que encarece os custos dos transportes de produtos. A extinção dos apoios fiscais à poupança dos cidadãos-contribuintes é muito negativa e configura um ataque à classe média. Efectivamente, as pessoas com muitos fracos recursos ou à beira do limite da sobrevivência não têm condições para poupar. Têm que ser apoiadas com políticas activas de combate ao desemprego e com formas eficazes de apoio social. Os cidadãos com elevados recursos têm facilmente acesso a produtos financeiros com elevada rentabilidade. São os cidadãos entre esses dois grupos (um muito pequeno e outro de elevada dimensão) que podem recorrer a produtos de outro tipo, como os PPR's, e, para esses, a carga fiscal é muito agravada.
7. Na área do poder local, sublinha-se o aumento drástico (cerca de 80 por cento) para financiamento de contratos programas (passíveis de utilização com critérios de discriminação político-partidária). Tudo isto pode contribuir (juntamente com outros aspectos negativos) para justificar os pareceres, fortemente críticos das duas organizações nacionais de autarcas, a ANMP e a Anafre, actualmente presididas (dados os resultados eleitorais) por elementos do PSD.
8. Do ponto de vista da estratégia económica falta a este Orçamento um contributo para um arranque económico decisivo. Não há visão estratégica, reduzem-se os orçamentos dos organismos que deveriam dinamizar e concretizar políticas públicas de apoio às empresas. Na área social é clara a redução do apoio à protecção social de idosos e dos mais desfavorecidos, bem como a marcha no sentido da diminuição da sustentabilidade da Segurança Social. É claro o caminho no sentido do reforço das desigualdades sociais. No domínio da saúde, verifica-se pela conjugação da proposta de OE 2005 com a proposta do Orçamento rectificativo, o descalabro no controlo das despesas
9. Em resumo, o Orçamento de Estado para 2005 não é credível quer quanto ao cenário, quer quanto à exequibilidade das medidas. Não evidencia nenhuma visão estratégica clara no plano do desenvolvimento económico, é profundamente negativo no domínio social e já prejudicou a imagem de Portugal no exterior e o "rating" da dívida pública portuguesa.

Partido Socialista

Visite na internet www.ps.pt

PS

Partido Socialista

Mulheres Socialistas

Grupos Parlamentares

Grupos Parlamentares e Europeus

Juventude Socialista

Acção Socialista

Internacional Socialista

2004 © PS - Partido Socialista - todos os direitos reservados



AVEIRO

UM ENORME DESAPONTAMENTO

O PIDDAC para 2005 é a confirmação da inépcia política do Governo PSD/PP e da sua gestão financeira desastrosa para o futuro do país. Passou mais um ano e as pretensões dos nossos autarcas repetem-se, porque o Governo nada fez do que prometeu. Há projectos novos e verbas importantes. Mas as importantes só confirmam o adiamento dos projectos antigos e os projectos novos só têm verbas irrisórias. Este PIDDAC representa uma diminuição de 13 por cento em valores absolutos em relação a 2004 e uma enorme afronta às gentes do distrito: enquanto a capitação média nacional do PIDDAC regionalizado corresponde a 600 euros, no distrito de Aveiro ela significa apenas 300 euros.

Este PIDDAC só não constitui um enorme desapontamento, porque, infelizmente, os aveirenses já não tinham nenhuma expectativa em relação ao esforço de investimento deste Governo, em especial em Aveiro, onde as carências se eternizam, as urgências se acentuam e os projectos novos se esfumam em verbas caricatas.

É verdade que a generosidade do Governo se expressa no aumento de 80 por cento para a celebração de Contratos-Programa com os municípios, o que será, decerto, pura coincidência, em ano financeiro de eleições autárquicas. O Partido Socialista estará atento e denunciará a gestão partidária e sectária destes Contratos-Programa.

Mas este PIDDAC é uma frustração e pode mais ser um logro. Desde o Ambiente, até à Segurança, passando pelas Acessibilidades, à Cultura, à Saúde, à Acção Social, à Justiça e à Educação, tudo fica aquém daquilo que Aveiro precisa há muito — em todos os municípios e, mesmo o pouco prometido, vai ficar condicionado à muita discricionariedade do ministro das Finanças.

Assim, no que respeita a Acessibilidades, está por concluir o IC1 em Estarreja — um exemplo da confrangedora gestão pública deste caso e estão por concluir os acessos ao IC1 em Aveiro e Ílhavo, um exemplo de planeamento desfasado. Está por construir a ligação Aveiro/Águeda, evidência de falta de visão estratégica. E está por concluir o acesso Sul de Aveiro à A1, mau exemplo de inaceitável discriminação. Estão por construir as variantes Anadia/Mealhada, Sever do Vouga/Castelo de Paiva e as variantes a Vale de Cambra e a 2ª fase da ligação a Arouca-Mansores/Arrifana.

Não se encontra a verba para a prometida nova Ponte de Castelo de Paiva, junto ao Couto Mineiro e é preocupante a ridícula verba inscrita para a urgente reparação da Ponte da Barra, em Ílhavo. O enterramento da linha do Norte em Espinho continua por concretizar e por concretizar ficou mais um ano o acesso ferroviário ao Porto de Aveiro.

No que toca às políticas de Ambiente tem fomos de escândalo o novo adiamento da Barragem de Ribeiradão, o do projecto de recuperação da Pateira de Requeixo/Fermentelos, e o da preservação da Mata e do Convento do Buçaco, para além da Protecção da Zona Dunar em toda a Orla Costeira e, em Vagos, em especial. Na Feira continua por resolver o problema das pedreiras e do saneamento em geral, bem como ficam por construir os Parques Ambientais de Vale de Cambra e do Outeiro, em S. João da Madeira. Em S. Jacinto, a população continua à espera há anos do porto de abrigo para pescadores e barcos de recreio.

No âmbito da Saúde adiam-se mais uma vez o Hospital de Águeda, os Centros de Saúde de Cacia e S. Bernardo, em Aveiro, a extensão de Saúde no Luso e na Vacariça, o Centro de Oliveira do Bairro e a extensão de Oiã, a que se junta a urgência da Urgência do Hospital de Aveiro, que devia ter ficado pronta para o Euro 2004 e continua instalada em contentores.

Acrescentem-se os omissos apoios necessários para os novos Centros Sociais de Anadia, de Sosa, em Vagos, de Oiã, em Oliveira do Bairro, de Eixo, de Sta Joana e da Vera Cruz, em Aveiro, os novos tribunais de Aveiro e de Sever, o Quartel da GNR de Arouca e a Esquadra Urbana da PSP de Aveiro, a Biblioteca de Vagos, a requalificação do Cine-Teatro Imperador em S. João da Madeira e o Projecto da Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe em Cacia e bem se compreende que este PIDDAC constitua uma enorme frustração para todos os aveirenses. Enfim, podia esperar-se que, depois de toda a propaganda efectuada a propósito das novas comunidades urbanas, o Orçamento contemplasse verbas em consonância com as expectativas que desencadeou: puro engano, há apenas uns trocos para papel timbrado e faxes...

E continua por criar o Instituto da Ria de Aveiro. A Federação Distrital do Partido Socialista de Aveiro tem a certeza de que a Distrital do PSD de Aveiro, depois de se ter deixado enganar por Durão Barroso, quando este, no Congresso da Ria, anunciou a criação do Gabinete da Ria de Aveiro, não deixará de propor as alterações orçamentais necessárias para que a Ria de Aveiro possa ser — finalmente — gerida de forma integrada e condigna.

Este PIDDAC não serve os interesses de Aveiro, do seu desenvolvimento

sustentado e do aumento da qualidade de vida das suas populações. Este Governo não serve para o país de futuro que queremos.

ALBERTO SOUTO DE MIRANDA
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DE AVEIRO



BEJA

MAGREZA DE RECURSOS

Num panorama em que o Plano de Investimentos do Estado é apresentado para o ano que vem, 2005, nominalmente, com um crescimento de 15 por cento, a nível nacional, pasma-se ao constatar que para o distrito de Beja há uma diminuição na ordem dos 14 por cento!

Na verdade esta penúria é ainda maior do que aparenta.

Pois há uma regra de cativação, à cabeça, de um quinto do valor e porque sabemos que a efectiva execução não será de cem por cento. Ora, tal magreza de recursos para o distrito de Beja certamente que não decorre da constatação governamental, do PSD e PP do grande desenvolvimento registado e da desnecessidade de aplicar recursos nesta região.

Antes reflecte, julgamos, um desígnio consciente de abandono político.

O Partido Socialista pode afirmar com força moral esta crítica, já que, durante os governos da liderança de António Guterres, até ao ano de 2002, foram registadas subidas nos valores afectos ao distrito, subidas essas bem significativas.

E, mais, podemos afirmar, sem risco de dementido, que nos governos do PS, a afectação de recursos decorreu de uma estratégia política e macroeconómica, que esses próprios governos estabeleceram e a que deram rumo e execução, em ordem à alteração da condição de desenvolvimento do distrito.

Ao contrário, constatamos nos Orçamentos do PSD e PP que há um recuo nesse desenvolvimento, desde logo, fugindo a uma aposta forte e decidida nos grandes eixos do progresso regional, que decorre do chamado triângulo de desenvolvimento e, por outro lado, pela ausência estratégica, por não ver mais além num programa de desenvolvimento sustentável para o Baixo Alentejo que irradie em estrela para todos os sistemas económicos e sociais.

No plano político é muito significativo e importante constatar como uma coligação que chega ao poder e nele vai em dois anos de responsabilidade, não tem uma única ideia nova para apresentar. Que a não tivessem quando chegaram ao Governo, enfim. Mas que, depois de todo este tempo ao leme do Estado, não tenham "sonhado" um caminho e que o mesmo pudesse ser visível ou, pelo menos perceptível, nos documentos previsionais apresentados ao Parlamento e ao país, é que deve ser criticado asperamente.

Ora, assim, apresenta-se negro o nosso futuro. Em primeiro lugar, por letargia prospectiva do poder instituído que, na verdade, não tem uma política para a região.

E os próceres locais dos partidos políticos respectivos também não dão quaisquer mostras de lutarem contra a maré baixa! A sua política parece ser de mero assento nas cadeiras disponíveis... e até nas não disponíveis!

Em segundo lugar porque o Orçamento do Estado espelha uma míngua de verbas que afasta mais o distrito de Beja do todo nacional.

LUÍS A. PITA AMEIXA
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DO BAIXO ALENTEJO



BRAGA

UMA PROPOSTA MÁ PARA O PAÍS E AVILTANTE PARA O DISTRITO

No distrito de Braga projectam-se também as falhas e omissões globalmente patenteadas no OE/2005, com relevo para o acentuar da tendência de desinvestimento público.

Não obstante ser o terceiro distrito na formação da riqueza do país e representar 8 por cento da população residente (a mais jovem), vive actualmente uma crise social sem precedentes, com forte dependência de sectores ditos tradicionais.

O desemprego cresce a um nível superior ao do país, atingindo os 50.000

desempregados. Durante os governos PSD/PP o desemprego no distrito de Braga cresceu 58 por cento: mais 15.319 desempregados. Em cada mês há mais 567 desempregados, ou seja, 19 por dia. A taxa de abandono escolar é 3.9 por cento, bem superior aos 2,7 por cento

da média nacional. O rendimento mínimo passou de 20.174 pessoas abrangidas em 2001 para 19.860 em 2003 (-2 por cento, enquanto a média nacional é de -14 por cento). A criminalidade registou nos dois últimos anos mais 4478 participações, ou seja, um acréscimo de 21 por cento.

Perante este cenário, o Governo da Nação projecta no seu PIDDAC (plano de investimentos para 2005) desinvestir 58 milhões de Euros no distrito de Braga, relativamente às inscrições iniciais do ano corrente. Se em 2003 e

2004 se haviam registado decréscimos acentuados, sendo a execução de 2004

absolutamente catastrófica, seria de esperar para o próximo ano reforço tendente a recuperar do marasmo em matéria de execução de investimento

público, sabendo-se da importância que o seu efeito multiplicador teria na economia regional. Pura ilusão.

Os valores previstos são decepcionantes em termos absolutos e aviltantes, se comparados com anos anteriores: em milhões de euros, 254 no ano de 2000, 284 no ano de 2001, 358 no ano de 2002 (o ano do último orçamento do Governo PS), 257 no ano de 2003, 241 no ano de 2004 e 183 previstos para o ano de 2005. Confirma-se que o distrito de Braga cai para o oitavo lugar na distribuição do PIDDAC, passando de 5 por cento do todo nacional verificado em 2002, para uma participação correspondente a 3 por cento prevista para 2005. O investimento do Estado "per capita" no nosso distrito será de 200 euros, 66 por cento abaixo da média nacional, que se situa nos 649 euros. Das cinquenta obras com relevância económica e social previstas em 2004 para o distrito de Braga e que ainda não foram iniciadas, cerca de 50 por cento não constam nos mapas relativos ao próximo ano.

Perante a situação descrita, poder-se-á concluir que o distrito de Braga, que vem apenas registando actividade relativa a obras públicas lançadas

durante o Governo do PS, começa a andar para trás. Salto mortal? Provavelmente, a não ser que muita coisa mude para os lados do Terreiro do Paço...

Deste desiderato deram-se finalmente conta alguns dos Deputados da maioria eleitos pelo distrito de Braga. No ano passado, ameaçaram demitir-se; mais tarde brandiram o voto contra o Orçamento de Estado. Falsas promessas!... Agora requerem medidas específicas para o Vale do Ave, para tentar ultrapassar uma crise que já não conseguem esconder, anunciando um voto sob protesto.

Esquecem-se que o protesto já não é deles. É do povo que, provavelmente, já não representam.

JOÃO BARRETO
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DE BRAGA



BRAGANÇA

UM DISTRITO DESPREZADO

O Orçamento de Estado para 2005 e as opções do Plano consubstanciadas no PIDDAC são reveladores da forma desprezível com que este Governo trata o distrito de Bragança e as populações que continuam a resistir em cá viver, tendo em atenção os seguintes aspectos:

- 1.º O distrito perdeu nos últimos anos população, serviços públicos, incentivos financeiros e fiscais, que se traduziram num agravamento do diferencial de desenvolvimento em relação ao litoral do país;
- 2.º Nas últimas eleições o PSD e CDS/PP prometeram aos bragançanos mais investimento que permitisse recuperar do atraso que se verificava. Dois anos e meio vão decorridos e a situação actual revela indicadores de desenvolvimento bem piores dos que tínhamos há dois anos. O processo de desertificação das zonas mais rurais não pára, as condições de instalação de novas empresas não têm qualquer discriminação positiva, as acessibilidades estão pior do que estavam em 2001 (não só não se fez nada como se deixou degradar o que estava feito), os serviços públicos estão esvaziados e alguns foram transferidos ou extintos e das promessas feitas não foi cumprida nenhuma;
- 3.º A obsessão pelo défice do Governo presidido por Durão Barroso serviu de justificação para os cortes no investimento de que esta região foi vítima. Todavia, o défice real foi em 2002 de 4 por cento, em 2003 de 5 por cento e neste ano será de 4,5 por cento, tendo, nos anos anteriores, sido mitigado à custa das célebres receitas extraordinárias;
- 4.º Para além dos cortes sucessivos no PIDDAC orçamentado o

seu grau de cumprimento foi, nestes últimos dois anos, o pior de que há memória, com taxas de realização abaixo dos 20 por cento, no que se refere a obras previstas;

- 5.º Este ano o PIDDAC proposto volta a diminuir chegando ao cúmulo de, para concelhos como Carraceda de Ansiães e Vinhais, propor verbas para investimento inferiores a 50.000 euros (10.000 contos) e para o Hospital de Bragança, cuja obra foi anunciada com pompa e circunstância, a significativa verba de 1000 euros (200 contos)! É caso para perguntar se assim é que se fazem as políticas de recuperação do interior do país? Salientamos ainda que, não obstante o discurso populista do dr. Santana Lopes a anunciar a construção da auto-estrada de Vila Real a Bragança para estradas no distrito, não se vê nada e para a tal auto-estrada nem para estudos há qualquer verba.
- 6.º Estamos, pois, perante a mais despidorada demagogia, que associada a uma incompetência olímpica arrasta o país, e particularmente as zonas e tecidos mais frágeis, para situações dramáticas onde já não existe, sequer, o respeito pela dignidade das pessoas e pelos direitos elementares de tomar parte “na ceia orçamental do país”.
- 7.º Salientamos o facto de o Governo, ter mantido, em sede de Comissão da Especialidade, o regime fiscal diferenciado (taxa de IRC de 15 por cento para as empresas com volume de facturação inferior a 150.000 euros), que não constava na proposta de orçamento inicial.
- 8.º Este orçamento representa o maior ataque à classe média e a todos aqueles que já pagam impostos, penalizando-os com a supressão dos benefícios fiscais associados à poupança (PPR's e CPH) e não reconhecendo que o combate à fraude e à evasão fiscais tem de passar por aqueles que continuam à margem do sistema fiscal.

MOTA ANDRADE
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DE BRAGANÇA



AUMENTO EXPONENCIAL DO DESEMPREGO

Num distrito composto por 17 concelhos; 209 freguesias; uma área de 3.974 km²; com 441.204 habitantes; uma densidade populacional de 111 habitantes por km² e de 160.303 famílias, em cerca de 2,5 anos, em resultado da política deste Governo, o desemprego aumentou 34 por cento; mais 3835 desempregados; em cada mês que passa temos em média mais 142 desempregados; cerca de mais cinco desempregados por dia! Em Abril de 2002 tínhamos 11.395 desempregados; em Julho de 2004 totalizávamos 15.230 desempregados.

Ainda não esquecemos o facto do líder do CDS/PP, Paulo Portas, quase todos os meses, umas vezes com razão, outras sem qualquer motivo, nas televisões, denunciar o aumento da criminalidade no país. A criminalidade no país com este Governo já cresceu 6 por cento, e no distrito de Coimbra aumentou 11 por cento. Em dois anos no distrito tivemos mais 1340 crimes participados num total de 13.310 crimes participados. Qualquer coisa como 30 participações por 1000 habitantes. Surpreendentemente, Paulo Portas, hoje ministro, já não sente nem vem denunciar ao país o aumento da criminalidade, sem dúvida, um exemplo de coerência política!

Em contrapartida, o Governo, numa lógica de contenção da despesa, sem qualquer sensibilidade social, no distrito de Coimbra, reduziu entre 2001 e 2003, o número de beneficiários do rendimento mínimo garantido. Uma significativa redução do apoio, que teria penalizado cerca de 2568 indivíduos carenciados, menos 19 por cento entre o ano de 2001 e 2003, como se a pobreza tivesse sido reduzida!

Quanto ao investimento público, no distrito, a situação traduz-se no facto, do PIDDAC com este Governo ter descido a preços de constantes de 1995, em 2 por cento. No aumento previsto para 2005, temos uma inversão a preços correntes, mas cerca de 20 milhões de euros são para pagar obra já feita no corrente ano, por exemplo a Ponte Europa e a Ponte da Portela. Continuamos com um investimento “per capita” de 525 euros, menos 19 por cento do que o investimento “per capita” médio do país, que é de 549 euros.

Apesar do aumento nominal do PIDDAC para o distrito, constatamos, infelizmente, que este Governo discrimina negativamente as câmaras de liderança PS. Dos cinco municípios a situação é a seguinte: Arganil terá menos 89 por cento; Góis menos 2 por cento; Condeixa-a-Nova, menos 61 por cento; Tábua aumente 6 por cento; e a Lousã cresce 121 por cento. Em contrapartida do que como exemplo, as câmaras de liderança PSD: Póvoa a crescer 783 por cento; Coimbra mais 87 por cento; Figueira da Foz mais 145 por cento; Miranda do Corvo mais 975 por cento; Montemor-o-Velho mais 47 por cento. A

lógica não é desenvolver harmoniosamente o distrito de Coimbra. A lógica é apenas e só a cor política dos concelhos!

Quanto às transferências para os municípios as coisas vão de mal a pior: Em 2002 transferiram-se mais 11,8 por cento do que em 2001; em 2003 apenas mais 3,6 por cento; em 2004 somente mais 4,7 por cento, e para 2005 apenas e só mais 2 por cento. Para quem se assume como um Governo descentralizador, é muito significativa a redução de meios financeiros, que anualmente vêm sendo retirados aos municípios portugueses. E assim vai o país e o distrito com a liderança Santana Lopes/Paulo Portas.

VICTOR BAPTISTA
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DE COIMBRA



MUITA PARRA E POUCA UVA

Uma análise simplista do PIDDAC regionalizado atribui ao distrito de Évora o maior crescimento relativo tendo por referência o PIDDAC de 2004. Esse dado objetivo tem contudo duas condicionantes que têm de ser tidas em conta. Em primeiro lugar, o crescimento é tão significativo porque em 2004 houve uma redução excepcional do PIDDAC do distrito. Em segundo lugar, grande parte do crescimento fica a dever-se a operações de imputação de verbas de programas de âmbito nacional, com critérios pouco transparentes.

As funções sociais têm todas reduções significativas de financiamento e o Plano Regional de Emprego, iniciativa estruturante em que o Alentejo foi pioneiro, foi totalmente desarticulado. Por outro lado, os programas de dinamização económica são apresentados em pacote, sem especificação de prioridades ou critérios de aplicação.

Alguns projectos estruturantes lançados pelos governos socialistas recebem um financiamento significativo. Os melhores exemplos são o sistema de rega do Alqueva e a ligação ferroviária Sines-Badajoz. O crescimento diminuto das transferências para as autarquias e as limitações ao endividamento, tornam também mais difícil o investimento complementar de âmbito autárquico e o aproveitamento do Quadro Comunitário de Apoio, deixando os municípios na dependência de contratos-programa de atribuição política em ano eleitoral.

O PIDDAC do distrito de Évora para 2005 é quantitativamente satisfatório, mas pouco transparente na sua formulação e de difícil controlo de execução. Por isso, a Federação de Évora do Partido Socialista, através dos seus órgãos próprios e do seu Gabinete de Estudos, fará um controlo activo para que o PIDDAC distrital não seja apenas um acumulado virtual de intenções genéricas.



ESTAGNAÇÃO GENERALIZADA DO INVESTIMENTO

Este Orçamento Geral do Estado para 2005 volta a introduzir os mecanismos de suspensão da Lei de Finanças Locais, no que se refere à capacidade de endividamento dos Municípios ao manter o famigerado “endividamento global zero”, introduzindo mecanismos de excepção que na prática continuam a condicionar fortemente o investimento das autarquias na resposta à construção de equipamentos e prestação de serviços essenciais à qualidade de vida dos cidadãos desta área metropolitana.

A situação decorrente da suspensão por três anos da capacidade de endividamento dos Municípios, decidida pelo Governo através das Leis do Orçamento de Estado de 2002 (rectificativo), 2003 e 2004, originou uma estagnação generalizada do investimento programado, que não será possível manter, face às necessidades e aos compromissos assumidos pelos municípios desta Área Metropolitana. Ao manter esta medida, designadamente para o financiamento dos programas de realojamento, o Governo e a maioria continuam a revelar a maior insensibilidade social relativamente às camadas mais débeis da sociedade portuguesa.

O Orçamento do Estado para 2005, na linha dos anteriores, não assegura o cumprimento integral da Lei de Finanças Locais, em especial quanto à determinação do montante global e das regras de distribuição dos Fundos Municipais (FGM, FCM e FBM).

Longe vai o tempo como o de 1995 a 2001, em que as transferências para os municípios cresceram em 111 por cento e para as freguesias em 172 por cento.

Agora, com este Governo e esta maioria, o crescimento médio para as autarquias em 2003 foi de 3,6 por cento e em 2004 de 3 por cento. No ano de 2005, o aumento dos fundos municipais é apenas 2,1 por cento (2 por cento para os municípios e 2,7 por cento para as

freguesias). Pela primeira vez, este aumento é inferior à taxa de inflação, condicionando toda a intervenção das autarquias.

Quanto às freguesias, a verba a transferir para cada uma continua a ser inferior a 25.000 euros. As verbas destinadas às juntas de freguesias deveriam corresponder, no mínimo, a 2,97 por cento dos impostos dos Estados, e a estas deveria ser concedida uma verba destinada à construção e recuperação das suas sedes, à semelhança do que ocorreu em anos anteriores.

De notar que 52 por cento do investimento público em Portugal é assegurado pelas autarquias.

Se para as autarquias a política é de regressão ao nível da capacidade de investimento, para o Governo há uma política de flexibilidade económico-financeira em sintonia com objectivos eleitorais imediatos.

Situação que não deixará de merecer a atenção e vigilância da FAUL. A saber:

- Acréscimo de 80 por cento da dotação para contratos-programas a celebrar de forma discricionária com as autarquias, no âmbito do Ministério das Cidades e Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional.
- Inscrição de verbas suplementares no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Instituto do Desporto de Portugal para a celebração de contratos-programa com as autarquias em infra-estruturas de transportes e comunicações e equipamentos desportivos.
- De igual modo preocupante é a política de financiamento das entidades autárquicas que, para este Governo, constitui a verdadeira regionalização - áreas metropolitanas, comunidades urbanas e comunidades intermunicipais.
- No ano de 2004, desenvolveu-se o processo de criação e implementação de novas áreas metropolitanas, comunidades urbanas e intermunicipais.

Se a dotação para as Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto em 2003 foi de dois milhões de euros, a dotação correspondente em 2005 para estas e para as 25 estruturas intermunicipais que estão criadas será de três milhões de euros. Mais um milhão do que o Orçamento para as duas áreas metropolitanas anteriormente existentes.

A proposta de OE para 2005, à semelhança do verificado no ano anterior, evidencia assim a negação da confiança nas autarquias locais - que estão a cumprir as regras financeiras que lhes foram impostas - e o não reconhecimento do papel dos municípios como garante do desenvolvimento económico e social das populações. O Governo remete para os contratos-programa os financiamentos às câmaras municipais, sem especificar os critérios e sem revelar com quem vai celebrar ou celebrou esses contratos - será que as câmaras contempladas são todas do mesmo partido?

Quanto aos investimentos, mais uma vez, o OE de 2005 ignora a articulação prevista no Plano Regional de Ordenamento da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML) em matéria de planeamento e investimentos.

Este Plano tem um anexo, designado “Programa de Execução, Meios e Fontes de Financiamento” organizado por áreas estratégica - Qualificação Ambiental, Qualificação Urbanística, Acessibilidades, Equipamentos, Coesão Social, Actividades Económicas. Identifica claramente os investimentos a realizar em cada uma destas áreas, constituindo, por isso, um documento orientador de desenvolvimento do Plano Regional identificando o conjunto de investimentos, de curto e médio prazo, a realizar na Área Metropolitana de Lisboa, que este Orçamento não estabelece como prioridade.

Assim, a FAUL do Partido Socialista exige do Governo a articulação dos seus investimentos com o PROTAML, concretizando um modelo de desenvolvimento para o território da AML, não pactuando com uma política de investimentos casuística e de “pesca à linha”, baseada em cedências e pressões políticas dos municípios geridos pelo PSD, com expressão concreta neste OE.

Pelo que reiteramos a necessidade de se incluir no PIDDAC do próximo ano, projectos fundamentais e estruturantes para os Concelhos abrangidos pela Federação da Área Urbana de Lisboa, tais como:

- Conclusão da CRIL (entre o Nó da Buraca e a Pontinha) - apesar dos compromissos assumidos pelo Governo, está prevista uma verba que nem sequer permite iniciar a obra (um milhão de euros).
- Conclusão da Via Longitudinal Norte (VNL) - trata-se de uma estrada que permitirá fazer a ligação entre Cascais e Oeiras pelo interior dos dois concelhos, e que aliviará o estrangulamento a que estão sujeitas, entre outras, as localidades de Carnaxide, Queijas ou Linda-a-Velha.
- Construção da ligação da EN10 ao IC2 - troço essencial para a circulação da população do concelho de Vila Franca de Xira.
- Correção do Nó 2 de vila Franca de Xira - pequena obra de 600 mil euros, dos quais a Câmara se comprometeu já a assumir o pagamento de 50 por cento, e que terá um impacto muito significativo na circulação do tráfego no concelho.
- Melhoria das condições de circulação da EN 3, entre Vila Nova da

Rainha e Casais da Lagoa. Este troço constitui uma das mais saturadas vias do País e é uma "zona negra" de acidentes, alguns mortais, em especial no troço que serve a zona industrial da Azambuja/Vila Nova da Rainha - onde circulam mais de 16 mil viaturas por dia, a maioria das quais pesadas.

- Construção de novos Centros de Saúde, nomeadamente em Odivelas, Sintra e Oeiras. Em Odivelas encontram-se excluídos do PIDDAC os Centros de Saúde de Odivelas e Póvoa de St. Adrião e com verba insuficiente a extensão de saúde do Olival de Basto, zonas urbanas de grande densidade populacional, cuja resposta, em matéria de equipamentos de saúde, é deficitária ou inexistente; no concelho de Sintra, continua adiado, deixando mesmo de constar em PIDDAC, apesar de contratualizado, a construção do centro de saúde de Sintra e a nova extensão de saúde da Tapada das Mercês; em Oeiras as extensões dos centros de saúde da Cruz Quebrada, Queijas e Algés, cuja contratualização e protocolo já foram assinados por ambas as partes.
- No que respeita, às escolas 2+3, as escolas de Sarrazola e Tapada das Mercês, nem sequer consta de PIDDAC a sua construção.
- Construção das esquadras da GNR da Abrunheira, Belas e Vialonga, divisão da PSP de Sintra e esquadras da PSP de Famões, Póvoa de St. Adrião, Odivelas, que não têm qualquer verba inscrita em PIDDAC
- Construção do novo aterro sanitário que substitua o aterro de Trejouce - este aterro encontra-se completamente saturado, não existindo neste momento qualquer solução para fazer face às necessidades dos concelhos de Cascais, Oeiras, Sintra e Mafra. Nada está previsto para fazer face ao problema em termos de PIDDAC.

SECRETARIADO DA FAUL



UMA REGIÃO DE NOVO ESQUECIDA

Os números falam por si.

As verbas de PIDDAC demonstram que o Oeste, mais uma vez, é esquecido.

O PIDDAC para 2005 diminui, na área desta Federação, em 21,5 por cento.

Esta maioria parlamentar e os seus governos estão há quase três anos em funções, sem que, por aqui, tenham tido qualquer iniciativa em obra que valha. Concretizemos.

Em *Alenquer* em que o PIDDAC decresce 49,5 por cento, há duas obras cujo arranque tarda - o Centro de Saúde de Alenquer e o Quartel da GNR de Alenquer/Carregado. Para o próximo ano surgem com dotações irrisórias, para iludir os incautos: 65 mil euros e 50 mil euros, respectivamente.

No concelho de *Arruda dos Vinhos* não existe uma única escola pública do 2.º e 3.º ciclos e muito menos do secundário. Não obstante, não é ainda em 2005 que se inicia a construção da Escola Básica 1, 2, 3 de Arranhó. Neste concelho o PIDDAC diminui 28 por cento.

No *Cadaval* a quebra do PIDDAC é de 49,5 por cento. O novo edifício para o Tribunal e Conservatória, praticamente concluído, continua encerrado e nenhuma verba existe para 2005. Escândalo!

Na *Lourinhã* há uma redução de 39 por cento, continuando a não constar no PIDDAC qualquer verba para duas obras que são um compromisso de Estado há três anos: Igreja de Areia Branca e Centro Paroquial de Ribamar.

Quanto a *Mafra* que perde 49 por cento, uma carência gritante, a nova Escola Secundária de Venda do Pinheiro tem uma verba apenas simbólica de 50 mil euros.

No *Sobral* o PIDDAC, embora pequeno, passa de 70 mil para 285 mil euros devido à inscrição de 185 mil euros para a construção do Centro de Saúde, obra inadiável. Ficará apenas no papel?

Em *Torres Vedras* o PIDDAC cresce 47,8 por cento, mas tão-só devido ao Polis, programa da iniciativa do Governo PS na pessoa do então ministro José Sócrates e que respeita a obras municipais.

Acresce que em *Torres Vedras* há, pelo menos, quatro situações intoleráveis, da inteira responsabilidade da actual maioria parlamentar e seus governos:

- A beneficiação da estrada de Torres Vedras para o litoral (EN 9) é promessa uma vez mais adiada;
- O Hospital Dr. João Maria Antunes continua ao abandono enquanto o Hospital Distrital "rebenta pelas costuras";
- A construção do Centro de Formação Profissional continua a ser boicotada pelos senhores que nos desgovernam;
- Como continua a ser boicotada a participação do Estado para o Centro Paroquial de Torres Vedras.

Em termos da região são igualmente intoleráveis os "vetos de gaveta"

de que são vítimas o aeroporto da Ota e o IC11.

A realidade é indimentável: o Oeste está parado por culpa de governos de direita sem dinâmica nem credibilidade.

JOSÉ AUGUSTO DE CARVALHO
PRESIDENTE DA FRO



PIDDAC FALSO E MARTELADO

Mais uma proposta de orçamento é apresentada pelo (des)Governo da maioria PSD/PP e mais uma vez o distrito da Guarda é penalizado no seu desenvolvimento socioeconómico.

Embora na proposta entregue na Assembleia da República o valor cresça em relação ao ano anterior, este PIDDAC é vergonhoso para o distrito, não nos satisfaz e continua a humilhar-nos porque:

- Não contempla, ou contempla com valores ridículos, investimentos fundamentais para o desenvolvimento do Distrito - o IP2 a norte de Celorico da Beira, a Ligação do IP5 ao nó da Catraia da Alegria - VICEG, os Quartéis da GNR da Guarda, Gonçalo, Paranhos da Beira, Vilar Formoso e Freixedas, a Variante a Seia, os Centros de Saúde de Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel e da Guarda, a Estrada Verde de Ligação da Guarda ao Maciço Central da Serra da Estrela, as estradas Guarda - Pinhel, Guarda - Sabugal, Meda - Pinhel, o ICs 6 e 7 e os Quartéis dos Bombeiros de Loriga e Almeida;
- Muitas das promessas feitas pela maioria aos eleitores em 2002 não constam - o Novo Hospital de Seia, a A14, o Centro Especializado para Idosos, o Parque Temático de Foz Côa, ou constam com valores para "enganar o pagode" - o Novo Hospital da Guarda;
- Dos 14 concelhos do distrito, nove deles vêm diminuir as dotações - É particularmente preocupante, quer pelos valores absolutos, quer pelas percentagens, os cortes nas dotações dos concelhos da Guarda (-63 por cento), Aguiar da Beira (-60 por cento), Almeida (-64 por cento), Meda (-61 por cento) e do Sabugal (-59 por cento);
- É falso e martelado - existem dezenas de projectos inscritos no PIDDAC de 2004 que não tiveram qualquer desenvolvimento.

No próximo ano, muito deste panorama repetir-se-á. Se assim não fosse, como compreender que a Linha da Beira Baixa que o ano passado vinha dotado com 2700 mil euros (como sabemos quase nada foi feito) e com uma previsão de 2900 mil euros para 2005, tenha como proposta no PIDDAC 2005 quase 20 milhões de euros. *Este valor representa quase 20 por cento do total do PIDDAC do Distrito*. E, obviamente, esta dotação não vai ser executada. Ou será que alguém acredita, não havendo estudos e projectos, que a obra vai avançar? Podemos mesmo dizer que o PIDDAC 2005 para a Guarda cresce a ver passar os comboios.

Damos este exemplo por ser o mais gritante dado o seu valor, muitos outros existem, e por isso esta proposta do Governo é má, não tem credibilidade, mente aos guardenses, está "martelado" e cria ilusões que só procuram fins eleitoralistas;

- O investimento por cada habitante do distrito é 12 por cento abaixo da média nacional - embora o valor absoluto seja importante, do nosso ponto de vista o investimento per capita é que nos dá uma visão mais ajustada do sentido da aposta do desenvolvimento em determinada região. Ao continuarmos abaixo da média nacional, este ano 12 por cento, o Governo PSD/PP dá um sinal claro que se está "borrifando" para o distrito da Guarda. Mais uma vez somos discriminados pela negativa quando o merecíamos ser pela positiva.

Concluindo, o cenário é cada vez mais negro.

Estão a menorizar os guardenses. Somos cidadãos portugueses de primeira como todos, não podem aldrabar-nos atribuindo-nos verbas miseráveis, com taxas abaixo da média nacional, que ainda por cima não terão execução. Com tudo isto haverá menos investimento público e privado, haverá menos qualidade de vida para os habitantes do Distrito, menos trabalho, mais desemprego e mais pobreza.

Assim o comprova taxa de abandono escolar que é igual ou superior à média nacional em nove dos 14 concelhos do distrito, assim o comprova o crescimento de 11 por cento de desemprego no distrito desde que governa a maioria PSD/PP assim o comprova o aumento de 27 por cento da criminalidade participada no distrito nos dois últimos anos.

FERNANDO CABRAL
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DA GUARDA



TERCEIRO ANO DE ABANDONO

Pelo terceiro ano consecutivo o OE e o PIDDAC estão a deixar o distrito de Leiria entregue ao mais perfeito abandono.

Um distrito que se orgulhava de estar na linha de frente em matéria de

investimento público, algo que se pode constatar durante os governos do Partido Socialista liderados pelo camarada António Guterres, depara-se agora com a triste e sombria realidade de se encontrar, por opção da actual coligação, colocado num dos "rankings" mais baixos no plano nacional.

De facto, desde que a actual coligação de direita assumiu responsabilidades na gestão política do país, na Primavera de 2002, que o distrito de Leiria tem vindo, ano após ano, a perder influência e capacidade de reivindicação junto do Poder Central, resultando daí um acentuado abaixamento do nível e da qualidade de vida das suas populações.

A realidade revela-se nos devastadora. O distrito de Leiria está a ser preterido, no que respeita à distribuição do investimento e da riqueza nacionais.

Os números e os exemplos são arrasadores para o Governo no que respeita ao OE e ao PIDDAC e, particularmente, em relação às verbas para as autarquias.

Com efeito, os municípios registam um acréscimo de apenas 2 por cento relativamente a 2004, o que significa que em face da inflação realisticamente esperada, as autarquias mais uma vez serão altamente penalizadas, sobretudo aquelas que, sendo mais pequenas e mais pobres, dependem quase em exclusivo das transferências do OE.

O PIDDAC, que já em 2004 se havia situado 7 por cento abaixo da média nacional, cai agora, em 2005 para 18 por cento abaixo dessa mesma média em resultado de uma quebra real de 27 milhões de euros no investimento previsto.

Na prática, esta redução quer dizer que o PIDDAC actual baixa 20 por cento a preços correntes e 26 por cento a preços constantes (reportados a 1995) quando comparado com o último Orçamento do Governo socialista de 2002.

A distribuição do investimento "per capita" cai de 320 para 262 euros por pessoa, o que coloca este indicador 60 por cento abaixo da média nacional.

Mas outros indicadores, designadamente os económicos e sociais, têm vindo também a tornar-se preocupantes.

A taxa de abandono escolar no distrito de Leiria é significativamente superior à média registada ao nível do país: 2,7 por cento contra os 3,2 por cento que se registam no distrito;

O desemprego em Leiria encontra-se em um acentuado agravamento havendo, segundo dados oficiais, cerca de mais 63 desempregados em cada mês.

Ou seja, deparamo-nos com uma taxa preocupante de desemprego da população activa na casa dos 7 por cento, o que significa que nos últimos dois anos o desemprego cresceu 16 por cento em relação aos valores que se registavam anteriormente e que sempre foram inferiores à média nacional.

Para se ter uma ideia de como o distrito sofreu um verdadeiro terramoto social e económico nestes últimos dois anos e meio, basta referir que passou de um dos territórios mais dinâmicos e economicamente pujantes, com níveis de emprego e estabilidade dos mais elevados do país, para uma região cuja situação começa a registar sinais inquietantes nestes domínios.

Os apoios sociais diminuíram de forma drástica, designadamente com uma quebra de quase 40 por cento nos apoios concedidos em sede de rendimento mínimo garantido.

Não admira, pois, que um outro indicador relevante, os níveis de criminalidade, tenham crescido 6 por cento na área do distrito nestes mesmos dois anos.

Parece que todo o dito esforço de contenção orçamental está a ser feito à custa do nosso desenvolvimento. A maioria de direita trata o distrito em termos de investimento na razão inversa dos votos que aqui obteve.

JOSÉ MIGUEL MEDEIROS
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO LEIRIA



ÚLTIMO LUGAR NO "RANKING" NACIONAL

Se já em 2004 o PIDDAC era escasso, o previsto para 2005 (menos 30 por cento, o que equivale a menos vinte e três milhões de euros) revela-se desastroso: sem estímulo ao investimento privado; sem preocupações de estancar o desemprego galopante que nos últimos dois anos de (des)governança PSD/PP aumentou mais de 15 por cento; redutor do investimento público necessário à animação da economia; sem qualquer preocupação pela questão social, numa zona marcada pela desertificação e envelhecimento populacional.

Mais grave ainda, é o facto de os grandes investimentos levados a cabo pelos governos do Partido Socialista que produziram efeitos positivos no desenvolvimento da nossa região transfronteiriça serem interrompidos

pelo actual (des)governo de direita. Dos cerca de 119 milhões de euros contemplados no PIDDAC de 2002, último da responsabilidade do Partido Socialista, baixamos para os 109 milhões em 2003. Em 2004 desceu para os 78 milhões e em 2005 desce para os miseráveis cinquenta e cinco milhões de euros (baixa 54 por cento em relação a 2002).

Note-se que dos cerca de 55 milhões canalizados para os municípios do Alto Minho, grande parte desse valor se destina a obras que transitam de outros planos e, como tal, já estão concluídas ou em vias de finalização. Neste contexto, poder-se-á dizer que as verbas reservadas para o distrito de Viana do Castelo se traduzem numa desconsideração por parte do Governo para com as populações destes municípios, dado que não se vislumbra, naquele documento, nenhum investimento estruturante.

Eis apenas alguns exemplos:

- Acessibilidades: sobre a ligação da A3 (nó de Sapardos) a Paredes de Coura – via fundamental para o desenvolvimento da região – não consta qualquer referência; a ligação da A3 (nó de Sapardos) a Vila Nova de Cerveira também foi esquecida; estranhamente, não há nenhuma dotação financeira para a continuidade do IC1 até Valença; não estão inscritas verbas significativas para a melhoria da EN13, entre Viana e Valença e para a beneficiação da EN101, entre Arcos de Valdevez e Monção;
- Educação: a Escola de Ciências Empresariais de Valença, enquanto obra estruturante, foi pura e simplesmente riscada do mapa de apoios. Neste sector não se vislumbra qualquer outro apoio relevante para os dez concelhos do Alto Minho.
- Área Social: total desinvestimento, designadamente no apoio a idosos, crianças e à população rural;
- Ambiente: investimento zero.

Como se o descalabro do PIDDAC não bastasse, ainda pretendem tomar medidas mais penalizadoras para as populações desta região, como, por exemplo, implementar portagens no IC1 e no IP9, acabando com o sistema Scut que era uma discriminação positiva, criada pelo Governo do Partido Socialista para acelerar o desenvolvimento da região.

As medidas compensatórias anunciadas, com pompa e circunstância pelo (des)governo PSD/PP através do PRASD, continuam na gaveta. Conscientes dos efeitos negativos deste PIDDAC na região, os socialistas do Alto Minho exigem mais e melhor, prometendo não pactuar com a indiferença do Poder Central.

RUI SOLHEIRO
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DE VIANA DO CASTELO

VILA REAL ORÇAMENTO PARA 2005 MERECE REPROVAÇÃO

Desde 2002 que o distrito de Vila Real olha, com preocupação, para as estatísticas que diversas entidades vão revelando ao nível do desenvolvimento regional e do desempenho económico. O desemprego aumentou de 7339 pessoas em Abril de 2002 para 8395 em Junho de 2004; o número de falências de empresas colocou o distrito no segundo lugar do "ranking" nacional; a criminalidade aumentou de 4938 crimes em 2001, para 6224 em 2003; o abandono de terras atingiu níveis não verificados, em termos percentuais, desde os anos 60; o abandono escolar ronda os 5 por cento, chegando aos 10 por cento em Mondim de Basto, quando a média nacional é de 2,7 por cento.

Esta é a realidade dura e crua. Este Governo está a fazer muito mal ao distrito de Vila Real e à região de Trás-os-Montes e Alto Douro. O Orçamento do Estado e as Grandes Opções do Plano para 2005 deveriam ter bem presente esta realidade. Mas não. Não apresentam ideias concretas que façam face ao progressivo afastamento, em termos de indicadores de desenvolvimento, que no distrito de Vila Real se vem verificando desde 2002.

Assim, as marcas genéticas, que foram visíveis nos PIDDAC's de 1996 a 2001, e que tinham como vectores principais as Redes Sociais, as Redes Educativas e os Equipamentos de Segurança e Protecção Civil, foram completamente abandonadas. Se nos PIDDAC's de 2003 e 2004 ainda se verificou a inclusão de alguns equipamentos nestas áreas, como centros de dia, lares, recuperação e construção de escolas e pavilhões desportivos, recuperação e construção de quartéis de bombeiros e forças de segurança, o que está inscrito, no PIDDAC para 2005, é meramente residual. Ao nível das rodovias importa olhar o PIDDAC regionalizado para constatar que tudo o que nele se contempla é cópia do que se propunha em 2003 e 2004.

O PIDDAC para o distrito de Vila Real diminui 3 por cento relativamente a 2004. Mas as diminuições reais são bem mais consideráveis. De 1996 a 2001 as execuções dos PIDDAC's do distrito de Vila Real nunca ficaram abaixo dos 60 por cento em termos de execução financeira. Em 2002 e 2003 a execução do PIDDAC distrital não foi além dos 27 por cento e 35

por cento, respectivamente, e para 2004 é esperada uma execução financeira que rondará os 40 por cento. Torna-se urgente mudar a forma como se distribui o investimento público ao nível do território nacional.

Mas também se torna importante uma melhor distribuição do PIDDAC ao nível do próprio distrito. Para 2005 o PIDDAC regista uma diminuição de transferências em 11 concelhos. Mas há um concelho que, sem se saber das razões por que isso acontece, sobe 542 por cento. Trata-se do concelho de Boticas, o mesmo que é liderado pelo presidente da Distrital do PSD. As câmaras do mesmo partido (Mesão Frio, Mondim de Basto, Ribeira de Pena, Sabrosa, Vila Pouca de Aguiar e Vila Real) têm diminuições entre 19 por cento e 93 por cento.

Esta diminuição ao nível do investimento público por parte da Administração Central vai ser reforçada com a diminuição de transferências do OE para os municípios resultante da aplicação da Lei das Finanças Locais. Assim, de 2002 para 2005, os municípios vêem reduzidas as transferências de 12,5 para 2 por cento. Trata-se do pior ano desde que a aliança PSD-PP nos governa. Em 2003 o crescimento das transferências para os municípios do distrito foi de 3,8 por cento, em 2004 foi de 5,2 por cento, e em 2005 será só de 2 por cento. Uma miséria que será ainda ampliada pelo não aumento das transferências relativas aos transportes escolares e às remunerações dos eleitos das juntas de freguesia.

Ao mesmo tempo se observa que a chamada "descentralização tranquila", que iria fazer nascer as novas Comunidades Urbanas e Intermunicipais, bem como dar nova importância às Áreas Metropolitanas, foi completamente posta de lado. Em 2001, as transferências para duas Áreas Metropolitanas era de 2 milhões de euros. Em 2005 e para cerca de 20 entidades (Comunidades e Áreas Metropolitanas) a verba contemplada é, imagine-se, de três milhões de euros. Temos a prova provada de que o Governo do PSD-PP mais não quis do que fazer folclore com a criação das Comunidades Urbanas de Trás-os-Montes e do Douro, às quais não dá nem competências nem a correspondente "mochila" financeira.

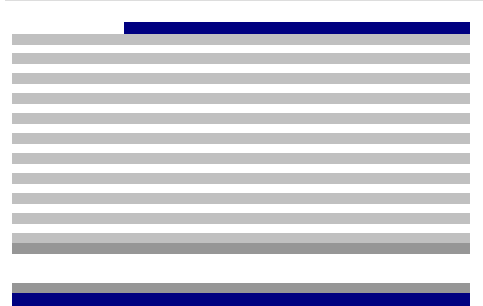
Por fim, a Federação Distrital de Vila Real do PS lamenta que o Governo se proponha usar as verbas da chamada Cooperação Financeira entre a Administração Central e a Administração Municipal para fazer campanha eleitoral para as câmaras e juntas de freguesia. A subida em 80 por cento deste "saco azul" é uma preocupação para todos os que querem um relacionamento correcto e transparente entre os diversos níveis de poder. O OE para 2005 é mau. O PIDDAC para o distrito de Vila Real é péssimo. Merecem, pois, um e outro, a rejeição de todos nós.

FERNANDO RODRIGUES
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DO PS DE VILA REAL

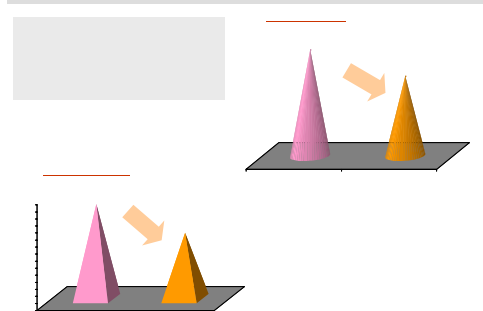
UISEU PIDDAC DISTRITAL COM MENOS 40 MILHÕES DE EUROS

1. O Distrito de Viseu vê baixar o seu PIDDAC pelo 3º ano consecutivo. De 2002 para 2005 o PIDDAC no distrito baixou 21% a preços correntes e 31% a preços constantes. Em média, todos os anos, este Governo retira mais de 40 milhões de euros a Viseu.

PIDDAC por Distritos: 2000 200

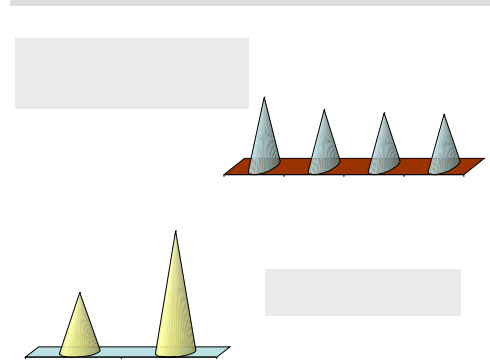


PIDDAC no distrito

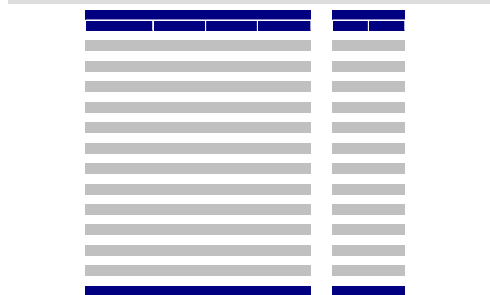


2. Viseu, na Zona Centro, com 0,44% tem a % mais baixa relativamente ao peso do seu PIDDAC no PIDDAC global. Aveiro 4,08%, Coimbra 2,48%, Castelo Branco 1,65%, Guarda 1,47%, e Leiria 1,57%. As capitações estão 51% abaixo da média Nacional.

PIDDAC no distrito

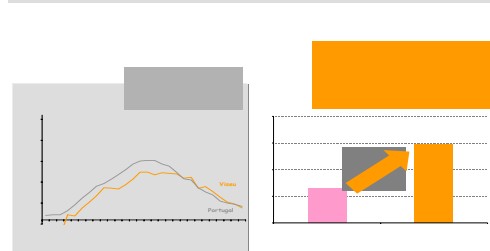


PIDDAC: nos Concelhos do Distrito

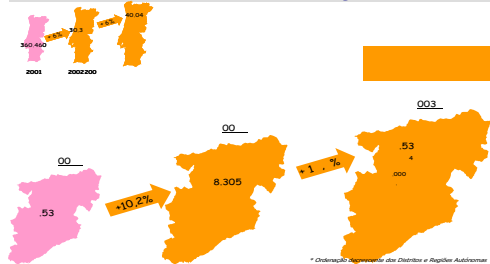


3. O Desemprego subiu 26%. A Criminalidade subiu 26%

DESEMPREGO

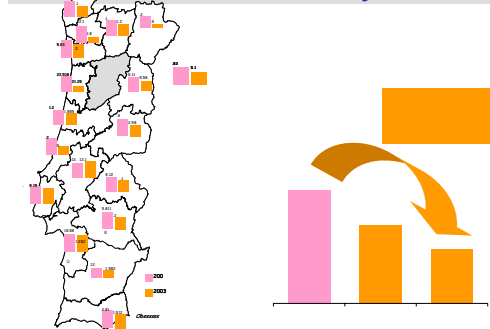


SEGURANÇA INTERNA



4. A Segurança Social exclui o apoio a 19% dos beneficiários do RMG

SEGURANÇA SOCIAL



JOSÉ JUNQUEIRO
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DE VISEU

PIDDAC 2005

DESCONTENTAMENTO GENERALIZADO NAS AUTARQUIAS

De Norte a Sul de Portugal erguem-se protestos contra o desinvestimento e asfixia financeira a que o poder local é votado de forma descarada, revelada na afectação das verbas orçamentais para 2005.

O Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) é injusto, insuficiente, ridículo e escandaloso. São estas as críticas que o PS tem feito chegar aos meios de difusão, numa altura em que se analisa nas diferentes comissões parlamentares a proposta orçamental da direita para o próximo ano.

A indignação generalizada dos nossos autarcas e responsáveis políticos foi sendo conhecida ao longo da última semana. Nesta edição, o "Acção Socialista" dá voz a algumas dessas posições de vivo descontentamento e indignação.

PORTO

O PS/Porto acusou o presidente da autarquia de ser "um dos responsáveis" pelo corte, que considera "brutal", na dotação no Plano de Investimentos do Estado, designadamente o montante inscrito para o Centro Materno-Infantil, que desce dos 34 milhões previstos para 3,5 milhões.

"Faça agora o que fizer, Rui Rio será sempre um dos responsáveis máximos pelo atraso ou mesmo pelo comprometimento da obra, fundamental para assegurar cuidados de saúde diferenciados às mães e às crianças de toda a região", acusaram os socialistas, em comunicado.

MATOSINHOS

O presidente da Câmara de Matosinhos afirmou que as verbas previstas no Plano de Investimentos para o concelho não passam de "grosseiras mentiras".

Narciso Miranda sublinhou que no PIDDAC 2005 não há "nem um euro destinado a novos projectos", o que já acontece há três anos, quando entrou em funções governativas a actual maioria PSD/PP.

O edil socialista frisou que, do montante inscrito (27,463 milhões de euros) 25,7 milhões destinam-se a projectos supramunicipais, que "ou são projectos nacionais, ou regionais, ou já estão concluídos, ou são impossíveis de construir em 2005".

"Desafio todos os agentes económicos, políticos e culturais da região, que noutras alturas se apresentam como defensores

do Porto e do Norte, a pronunciarem-se sobre esta situação", disse.

GUARDA

O executivo municipal da Guarda (PS) manifestou o seu descontentamento pela escassez de verbas para obras inscritas no PIDDAC 2005 para o concelho.

Os autarcas socialistas criticaram a dotação de cerca de três milhões de euros naquele documento oficial, montante que consideraram "uma vergonha".

A presidente da Câmara, Maria do Carmo Borges, afirmou aos jornalistas que lamentou que estejam inscritas verbas de equipamentos já realizados, citando como exemplo as novas instalações da Polícia Judiciária, recentemente inauguradas pelo ministro da Justiça.

CONDEIXA-A-NOVA

Os socialistas de Condeixa-a-Nova estão indignados com o montante inscrito no PIDDAC 2005 para o concelho.

O presidente da Câmara e o PS local condenaram a verba atribuída – 15 mil euros –, por considerarem que é "ridícula". Segundo o autarca Jorge Bento, o montante é o mais baixo do distrito de Coimbra e "é um verdadeiro escândalo" que traduz uma "gestão caciquista dos dinheiros públicos, onde o interesse geral é subjugado pelos interesses partidários subjacentes às eleições".

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Também o edil socialista de Figueiró dos

Vinhos, Fernando Manata, contestou o reduzido aumento do investimento estatal no concelho por este "colocar em causa a autonomia financeira da autarquia".

A proposta do PIDDAC prevê um aumento de dois por cento nas verbas para o município, valores que "são os mais baixos de sempre" desde que Manata foi eleito em 1990 e que "não serão sequer suficientes para pagar a actualização de salários dos funcionários da autarquia em 2005".

MONDIM DE BASTO

Numa análise "cuidada e pormenorizada" dos Investimentos da Administração Central para 2005, os socialistas de Mondim de Basto consideram "escandalosa" e "ridícula" a verba total atribuída a este concelho que, "mais uma vez, aparece em último lugar em volume de financiamento para as autarquias".

Apontando para as enormes carências do município mondinense, o PS local acusa o actual executivo camarário (PSD) de ser "incapaz de lançar um único projecto novo", demonstrando "cansaço e falta de motivação". Porém, denunciam, "endivida a autarquia com o recurso sistemático a empréstimos sem justificação" que agravam ainda mais a situação financeira da câmara, destinando-se apenas ao "pagamento de favores políticos em ano de eleições autárquicas".

SEIA

O PS/Seia considera que o PIDDAC ignora o concelho em matéria de realização de obras. Em comunicado, os socialistas referem-se a "obras prometidas em campanhas eleitorais e reclamadas por todos", entre as quais a variante de Seia, o quartel da GNR de Paranhos da Beira e dos Bombeiros Voluntários de Loriga, bem como acessibilidades como o IC-6 e IC-7.

O PS/Seia acusa ainda os dirigentes locais e distritais do PSD de se votarem ao "mais completo silêncio" e de serem "os responsáveis mais directos das desajustadas e injustas políticas governamentais".

Pelourinho da República



"Se o seu afastamento configura uma forma de censura, ainda que encapotada, uma limitação à liberdade de opinião, própria de uma democracia pluralista, então estamos perante um caso muito grave"

Cavaco Silva, a 7 de Outubro de 2004, sobre o afastamento de Marcelo Rebelo de Sousa da TVI

«Fui tratada pelo meu partido como uma ilustre desconhecida. Ninguém me conhece na minha secção, fui riscada dos cadernos eleitorais e, agora, não posso votar nem ser eleita»

Manuela Ferreira Leite ao "Expresso", 16 de Outubro de 2004

"Santana é incompetente"

Belmiro de Azevedo ao "Expresso", 16 de Outubro

"As cabalas existem independentemente da vontade subjectiva de as constituir. Eu posso entender que há"

Rui Gomes da Silva na Alta Autoridade para a Comunicação Social

"Pois se há professores no Ministério da Educação com horário zero, porque não podem assessorar juizes no Ministério da Justiça?"

Santana Lopes, 20 de Outubro de 2004

"Já deixamos o meio do túnel para trás"

Pedro Santana Lopes, sobre a situação económica portuguesa a um jornal alemão, em 20 de Outubro de 2004

«Não comento inutilidades e disparates»

José Eduardo Moniz sobre Gomes da Silva em 21 de Outubro de 2004

"Quando fui a Bruxelas, a 5 de Setembro, fiquei, desde logo, surpreendido por nunca ninguém lá ter ido antes tratar deste assunto"

Álvaro Barreto, sobre a venda à EDP do negócio do gás da Galp Energia. "Diário Económico", 4 de Novembro

"Vejo frequentemente escrito nos jornais que os impostos vão descer em 2005: isso não é verdade"

Bagão Félix, "Diário Económico", 4 de Novembro

"Esta direcção cessante tem a convicção de que foi vítima de uma luta de agências de comunicação que tentam influenciar a informação do poder para obter vantagens"

Fernando Lima, ex-director do "Diário de Notícias" na Alta Autoridade para a Comunicação Social, 4 de Novembro

"Cuidado com os oportunistas dentro do PSD"

Feliciano Barreiras Duarte, secretário de Estado Adjunto do ministro da Presidência, a "O Diabo", 9 de Novembro de 2004

"Da actual direcção (do PSD) só manteria o secretário-geral"

Luís Filipe Menezes sobre a Direcção PSD ao "Diário de Notícias", 9 de Novembro

"Em três meses o Governo deu cabo de um trabalho de 13 anos. É obra."

Nicolau Santos, "Expresso" 6 de Novembro

"A Caixa Geral de Depósitos (CGD) e o Banco Espírito Santo (BES) poderão ser um instrumento importante para ajudar Pais do Amaral a manter em mãos o controlo da Media Capital, que o empresário poderá sentir estar ameaçado com a recente entrada da alemã RTL no capital da maior accionista da TV"

"Público", 8 de Novembro de 2004

CASA DA MÚSICA

VERBAS DO OE SÃO INSUFICIENTES

O PS considerou insuficientes os 2,5 milhões de euros atribuídos à Casa da Música, no Porto, inscritos no PIDDAC para 2005.

Para a deputada do PS Manuela de Melo, a verba consignada no PIDDAC é indiciadora de que se está a "perder" o projecto iniciado no Porto – Capital Europeia da Cultura em 2001.

Manuela de Melo manifestou-se



esperançada num reforço do financiamento da Casa da Música através de outras vias, como a rubrica

de despesas correntes do Orçamento de Estado ou o Plano Operacional de Cultura, recordando que, contudo, a Câmara do Porto já declarou que não vai dar mais dinheiro para a estrutura. A confirmar-se um financiamento da Casa da Música abaixo das expectativas, a deputada socialista referiu que tal será um "retrocesso muito grande e extremamente grave" num projecto de importância "nacional".

MESQUITA MACHADO AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

"O PAÍS PRECISA DE UMA VERDADEIRA REGIONALIZAÇÃO"

A proposta de Orçamento de Estado para 2005 é "mais um trabalho de condicionamento" da actividade das autarquias, dando sequência "aos constrangimentos e à paralisia dos municípios que caracteriza os governos do PSD", afirma o autarca socialista Mesquita Machado. Em entrevista ao "Acção Socialista", o presidente da Câmara de Braga considera ainda que a "falência" da reforma administrativa do Governo, consubstanciada na criação de áreas metropolitanas e outras comunidades urbanas, vai ser "o melhor suporte para a defesa da verdadeira regionalização". "E não demorará muito", acrescenta o presidente da ANA/PS.

Quais as perspectivas do Orçamento de Estado para 2005 ao nível autárquico?

São, obviamente, perspectivas muito pessimistas, muito negativas. São vários os indicadores que defraudam as expectativas, por muito baixas que elas já fossem. O plano de investimentos da administração central é bem a prova disso. Tomemos o exemplo do concelho de Braga, para onde está prevista uma dotação de 18,7 milhões, contra os 21 milhões deste ano. E o distrito de que Braga é capital, ou seja, o terceiro do país, surge nesta proposta precisamente... em oitavo lugar. Como se tudo estivesse feito nesta região. Regista-se uma redução de 58 milhões de euros, ou seja, é agora apresentada uma dotação de 183 milhões de euros, quando no ano anterior ela era de 241 milhões.

Este oitavo lugar no "ranking" de investimentos é vergonhoso, ficando a léguas do terceiro lugar do último orçamento de um governo socialista, que dotou o distrito com 358 milhões de euros.

Sublinho o facto de estarmos a falar de um "piddac" cujo total continental até sobe de 5551 milhões de euros para 6245 milhões de euros. Assim se prova que os investimentos não estão, mesmo em teoria, a ser canalizados para onde são efectivamente urgentes, como é o caso desta região que Braga lidera. Isto obriga-nos a duvidar sobre as razões para tal desiderato. Além disso, verifico uma particularidade curiosa nesta proposta: grande parte das verbas aí inscritas para o distrito destinam-se a obras já executadas. São vários os casos. Um exemplo é o da variante à EN-14, entre Celeirós e a Estação de Caminhos-de-Ferro, inaugurada há mais de um ano, que continua ainda com uma dotação de 3,4 milhões de euros. Outro pode ser o de dois pavilhões desportivos já a funcionar há um ano nas freguesias de Celeirós e Nogueira.

Mas a proposta de Orçamento traz-nos outras preocupações muito relevantes: o desemprego cresce galopantemente neste distrito e nada é proposto para estancar esse pesadelo. Há, de facto, uma retracção do investimento público. Com as óbvias consequências de crise social latente. Contas feitas, Braga vai ter 220 euros por pessoa de investimento, quando a média nacional é de 649 euros por pessoa, ou seja, estamos 66 por cento abaixo da média nacional na distribuição deste investimento "per capita".

De que forma é que este Orçamento de Estado constitui um condicionamento às actividades dos municípios?

A proposta que foi apresentada é, de facto, mais um trabalho de condicionamento da actividade municipal. O que não é novo. Dá sequência aos constrangimentos e à paralisia da actividade dos municípios que caracteriza os governos do PSD. Os últimos orçamentos de Estado têm sido marcados precisamente por uma redução dos impostos municipais.

Nos últimos governos socialistas, as transferências para os municípios cresceram em 111 por cento e para as freguesias em 172 por cento. Agora, com os governos de direita, se o crescimento médio para freguesias e municípios foi de 3,6 por cento, de 2002 para 2003, e de 3 por cento, para 2004, a variação para 2005 vai ser apenas de 2,1 por cento. O que significa abaixo da inflação. Tomando novamente como exemplo de Braga, o cenário é ainda mais deplorável: além de se manter abaixo da inflação, pela primeira vez é inferior à média nacional. As transferências previstas para Braga são de apenas mais 1,9 por cento, contra o aumento de 2,1 por cento na média nacional.

Para se perceber melhor o condicionamento que é imposto aos municípios, atente-se num exemplo tão simples como o dos transportes escolares. A transferência proposta é praticamente igual à deste ano. Ai está uma forma de estrangular a vida das autarquias...

Quais as consequências do famoso "endividamento zero" imposto às autarquias?

Parece-me que um número significativo de municípios vai ter a sua actividade muito complicada. Mas, reparemos que é injusta esta proposta. Pergunte-se porque é que é imposto este constrangimento às autarquias e não se impõe o mesmo à administração central. A administração central vai aumentar a sua dívida em 9,287 mil milhões de euros, vai endividar-se ainda mais. O que é, aliás, uma violação do princípio da solidariedade entre Estado e autarquias. Parece-me provado que gerem melhor as autarquias do que a administração central... Mas, voltaram a escolher o poder local para bode expiatório. Não posso deixar de observar o eleitoralismo evidente nesta proposta de orçamento. Se as transferências para as



autarquias sofrem apenas um acréscimo de 2,1 por cento – inferior à inflação, como vimos –, a rubrica destinada a financiar os chamados contratos-programa é aumentada, nada mais nada menos, que 80 por cento. É pura estratégia eleitoral. Tendo em conta o que de aleatório tem esta fórmula dos contratos-programa, está-se mesmo a ver que o Governo a vai usar para favorecer as suas clientelas autárquicas em ano de eleições. Não é justo que assim seja.

Aliás, permitam-me aqui duas ou três perguntas, que não devam ser retóricas, a um governo que edita e distribui propaganda sobre a alegada frenesim legislativo de 100 dias. Onde está a regulamentação dos poderes tributários dos municípios? Onde está a regulamentação de novas taxas dos municípios? Onde está a legislação sobre obrigações municipais? Onde está a alegada transferência de competências para os municípios e associações de municípios, estas "travestidas" de áreas metropolitanas?

De forma a iludir problemas de receita, dois municípios, por sinal do PSD – Maia e Covilhã – recorreram à titularização de rendas futuras de habitação social. Por um lado, como explica esta situação e, por outro, o que acha desta solução?

Eis mais uma prova do constrangimento e da asfixia a que está votado o poder local. Que, através de engenharias financeiras, segue assim o exemplo que lhe vem de cima, da administração central...

No caso concreto da sua Câmara Municipal, o que é que vai deixar de ser feito por falta de meios.

Não é fácil desenhar as "opções do plano" do próximo ano perante esta redução nos financiamentos. Obviamente que despendemos muitas mais energias a identificar e a dotar de respectivo orçamento as intervenções mais elementares, em detrimento de algumas que poderiam ser um importante contributo para o aumento da qualidade de vida nas nossas cidades. Há intervenções que vão ficar adiadas, à espera de melhores dias. Mas não é fácil explicar às populações, que até exigem cada vez mais do poder local, estes factos...

Além da obstrução sistemática do programa Polis, vislumbra do Governo alguma política para as cidades?

Bem prometeu no seu programa de governo uma "Estratégia Nacional para a Política das Cidades". Mas que até ao momento não se viu nada, literalmente nada, é um facto. Aliás, a política urbana deste Governo é o reflexo de muitas outras políticas. Nesta como noutras áreas, este Governo limita-se a destruir o que vinha sendo implementado, sem propor quaisquer alternativas. Recordam-se por exemplo do tratamento dos resíduos industriais... A co-incineração não servia, mas o que é certo é que, tantos anos depois de chegar ao poder, o PSD não conseguiu ainda apresentar uma alternativa. É apenas um exemplo.

Qual é o seu comentário àquilo que tem sido um verdadeiro folclore governamental no que respeita à agenda descentralizadora?

De descentralização não tenho visto nada, absolutamente. Aliás, seria mais correcto falar antes de algumas medidas de centralização. Aquilo que mais propaganda mereceu a este Governo não passou de uma deslocalização de alguns secretários de Estado para fora da capital. Parte deles, como é o caso daquele que veio parar a Braga, aceitaram tal decisão contrariada.

Como sabem, sou das pessoas que podem falar da iniquidade desta solução com conhecimento de causa. Foi um Governo socialista, liderado por Mário Soares, quem, há vinte anos, primeiro a experimentou. Pouco meses depois de tomar posse, eu, que era secretário de Estado do Fomento Cooperativo, tinha chegado à conclusão que não era exequível o cumprimento de funções estando instalado no Porto. O que me obrigou a renunciar ao cargo. A mesma situação é repetida hoje, com as consequências que estão à vista. Não se passa nada com as secretarias de Estado deslocadas. A de Braga ainda anda à procura de instalações, pelos vistos numa freguesia dos arredores da cidade. Foi, de facto, só folclore.

Sobre a matéria da descentralização, há hoje condições para que a regionalização volte com sucesso à agenda política?

A regionalização ainda continua um preceito constitucional... E eu continuo convencido de que é um desiderato almejado por muitos portugueses, convencidos da sua bondade. É minha

convicção de que a falência desta alegada reforma administrativa, que se consuma na instituição das áreas metropolitanas e outras comunidades urbanas, vai ser o melhor suporte para a defesa da verdadeira regionalização. E não demorará muito tempo.

Existe hoje em dia, digamos assim, transparência de competências entre os diferentes níveis autárquicos?

Eu muito gostava que me explicassem até onde vão as competências destas novas figuras administrativas... As competências das câmaras municipais e das juntas de freguesia, eu conheço-as bem.

Mas este tema coloca-me uma grande questão: fui eleito pelos eleitores de Braga, a quem represento. Em qualquer fórum que participe enquanto presidente da Câmara Municipal, estarei sempre a defender em primeiro lugar os interesses dos meus eleitores. Como é que posso estar a participar num órgão da área metropolitana sem ter isso no pensamento? Foi este espírito que anulou a quase totalidade das associações de municípios.

Como analisa a actual legislação relativa às áreas metropolitanas?

Obviamente que é negativa. Não acredito que órgãos feridos de legitimidade democrática possam funcionar, mormente com os objectivos que lhe estão adstritos. Conforme referi, este foi o fim das associações de municípios, que têm passado pelas vicissitudes que são conhecidas.

Além do mais, não conheço nenhuma lei-quadro das competências das ditas áreas metropolitanas. Nada se sabe quanto ao seu financiamento...

De uma forma geral, como definiria a política seguida pelos governos PSD/PP em relação às autarquias locais?

Já estamos habituados ao retrocesso que significa para as autarquias locais quaisquer governos de direita. Assim foi com Cavaco Silva, assim continuou com Durão Barroso e assim continua com o actual Governo. Os executivos de direita têm uma ideia profundamente centralista da condução da governação. Anunciam alegadas medidas descentralizadoras, mas põem em prática políticas de centralização das competências. Neste como noutros capitulos, este Governo é mais do mesmo.

O que espera do próximo Quadro Comunitário de Apoio no que respeita ao poder local?

Esperamos, pelo menos, que os financiamentos possíveis nesse contexto não descurem o papel dos municípios na sua aplicação. Estamos a falar de um pacote muito mais reduzido, até pelo número de países que a ele vão ter acesso. Mas há uma questão fundamental: dentro das áreas a que, em Portugal, ele for particularmente dirigido, as autarquias locais deverão ter uma implicação particular. É também por isso que nos batemos. Ainda temos muito para fazer no que concerne à infra-estruturação das cidades e vilas deste país, designadamente em áreas que remetem para a qualidade de vida das populações.

"MÉDIA"

SANTOS SILVA CONTRA CENTRAL DE PROPAGANDA DO GOVERNO

O Governo está a criar "um instrumento de propaganda" que não cabe nas funções do Estado ao organizar, com o dinheiro dos contribuintes, uma central de comunicação, acusou o deputado socialista Augusto Santos Silva.

"O ministro Morais Sarmento está, à custa dos dinheiros públicos, a conceber um instrumento de propaganda onde não deve haver propaganda", disse, referindo-se ao Gabinete de Informação e Comunicação, cuja criação foi aprovada a 30 de Setembro pelo Governo, que vai atribuir-lhe dois milhões de euros no próximo ano.

Augusto Santos Silva falava no dia 26 numa conferência realizada na Biblioteca-Museu República e Resistência, em Lisboa, sobre a imprensa partidária, durante a qual expôs a estratégia do órgão oficial do PS, o "Acção Socialista", do qual é director. Augusto Santos Silva, membro da Comissão Política do PS, classificou o "Acção Socialista" como uma "central de propaganda do partido", em contraposição com a "central de propaganda do Governo, chefiada por Morais Sarmento, que é ilegítima por ser paga com o dinheiro dos contribuintes".

"Eu estou quase a pedir meças ao ministro Morais Sarmento no controlo da comunicação social", ironizou, sustentando que dos partidos políticos se espera acções de propaganda, mas não dos governos.

"Star system" à portuguesa

Salientando que falava na qualidade de



sociólogo, o ex-ministro da Cultura considerou ainda que "existe um desequilíbrio na comunicação social portuguesa a favor da direita, sobretudo na cultura audiovisual e jornalística, que produz uma cultura de direita populista".

Como exemplo, Santos Silva disse que o resultado da "cultura de direita populista" é "uma progressiva forma de conceber um 'star system' à escala portuguesa".

Nesse sentido, apontou a presença do autarca de Marco de Canaveses, Avelino Ferreira Torres, no programa da TVI "Quinta das Celebridades", que "quis mostrar-se aos amarantinos", no âmbito de uma eventual candidatura do autarca à Câmara de Amarante.

Santos Silva comparou a participação de Avelino Ferreira Torres na "Quinta das Celebridades" à "frequência" do primeiro-ministro, Pedro Santana Lopes, e do ministro da Defesa Nacional, Paulo Portas,

"nas revistas cor-de-rosa".

"A frequência de Santana Lopes e de Paulo Portas nas revistas cor-de-rosa não é apenas um problema de idiosincrasia própria, é um problema funcional. E é a presença nesse mundo que lhe dá a projecção para o outro (poder político)", disse.

Sobre o "Acção Socialista", Santos Silva disse que, enquanto director do jornal, "também sofre pressões dos militantes socialistas" para que o órgão oficial do PS publique as suas iniciativas.

Quanto às opções editoriais do "Acção Socialista", Santos Silva afirmou que o jornal é um instrumento interno de propaganda e "socialização dos militantes na linha política da direcção do PS".

"O director do 'Acção Socialista' é membro da direcção política do partido e o jornal defende e justifica a linha política da direcção", afirmou, salientando que apesar disso "há espaço" para as vozes críticas.

CASO MARCELO

PS EXIGIU EXPLICAÇÕES A SANTANA LOPES

O PS exigiu explicações urgentes do primeiro-ministro sobre os "tristes episódios" que se estão a verificar na Comunicação Social, tendo concluído que Marcelo Rebelo de Sousa foi pressionado para deixar a TVI.

Numa reacção às declarações de Marcelo Rebelo de Sousa na Alta Autoridade para a Comunicação Social, o deputado socialista Augusto Santos Silva disse ser evidente que o ex-presidente do PSD "sofreu pressões" em relação aos seus comentários políticos.

"Essas pressões foram veiculadas a Marcelo Rebelo de Sousa pelo

presidente da Media Capital, Miguel Paes do Amaral, que as associou ao Governo", referiu o membro da Comissão Política do PS.

Segundo Augusto Santos Silva, foram as declarações do ministro dos Assuntos Parlamentares, Rui Gomes da Silva, que "criaram um contexto objectivo de condicionamento político dos comentários" proferidos dominicamente pelo ex-líder do PSD na TVI.

"Agora, é preciso esclarecer totalmente as razões da iniciativa singular e excêntrica do presidente da TVI e é preciso saber que negócios tem a Media Capital com o Estado", referiu.

Segundo Augusto Santos Silva, o PS "reserva-se a tomar todas as iniciativas possíveis em sede parlamentar sobre este caso", porque se pode estar "perante uma iniciativa de grande envergadura para o condicionamento da liberdade de expressão em Portugal".

"Na medida em que o Governo tem sido associado a estes tristes episódios, é preciso que o primeiro-ministro esclareça o que se está a passar", frisou o deputado do PS, vincando, depois, que a maioria PSD/CDS-PP "tem impedido que Marcelo Rebelo de Sousa e o ministro Gomes da Silva prestem esclarecimentos no Parlamento".

COMUNICAÇÃO SOCIAL

CORTES ORÇAMENTAIS AFECTAM ÓRGÃOS REGIONAIS

Os anunciados cortes no orçamento para a comunicação social regional preocupa o PS, uma vez que a "drástica" redução verificada de 2004 (3,250 milhões de euros) para 2005 (1,235 milhões de euros), compromete claramente o alcance dos "incentivos" que o Governo

tem "propagandeado". Assim, diante de um cada vez mais limitado número de órgãos beneficiários, o deputado socialista Arons de Carvalho exige, em requerimento, que a tutela esclareça "quantos jornais regionais e rádios locais serão abrangidos" pela medida.

A propósito da "reestruturação da comunicação social regional" avançada com pompa pelo ministro da Presidência e que visa uma redução na comparticipação estatal do porte pago das publicações, o deputado reafirma a veemente oposição do PS.

PS QUER ESCLARECIMENTOS URGENTES SOBRE MUDANÇA DA DIRECÇÃO DO "DN"

O PS, pela voz do deputado Augusto Santos Silva, exigiu "esclarecimentos urgentes" do Governo, da PT e da Lusomundo Media sobre a demissão do director do "Diário de Notícias", Fernando Lima, de forma a assegurar a independência daquele jornal face ao poder político.

Sublinhando a posição decisiva que o Estado tem na administração da PT, que é proprietária da Lusomundo Media, por sua vez proprietária da Global Notícias, que detém o DN, Augusto Santos Silva exigiu que o Governo esclareça eventuais "implicações directas ou indirectas do poder político" na mudança da direcção do jornal.

"Fernando Lima foi forçado a demitir-se, isso para nós é uma certeza", declarou.

"Esses esclarecimentos são urgentes para clarificar até que ponto está garantido o cumprimento do artigo 38º da Constituição, que assegura a independência dos órgãos de comunicação social face aos poderes político e económico", disse o ex-ministro da Cultura e da Educação.

Para Augusto Santos Silva, esse artigo "pode estar em causa", uma vez que o "Expresso" noticiou mudanças no DN tendo como fonte o Governo e que às mudanças naquele jornal se juntam "os casos da TVI e da RTP, ou seja, da comunicação social pública", que tornam "muito grave" o que se passa em termos de comunicação social em Portugal.

"Por que é que a direcção do DN é forçada a demitir-se apenas um ano depois de ser nomeada? Quem é que forçou essa demissão?", são duas perguntas que o PS quer ver respondidas pela Lusomundo Media.

Quanto à PT, o PS quer que a empresa diga por que razão "procedeu a alterações na Lusomundo Media antes do fim do mandato de Henrique Granadeiro, que foi afastado para dar lugar a Luis Delgado, conhecido pelas suas posições alinhadas com o PSD", e se há relação entre essa alteração e a demissão de Fernando Lima.

"O que é que o facto de o Estado ter uma 'golden share' na PT terá a ver com estes acontecimentos?", perguntou Augusto Santos Silva, dirigindo a questão ao Governo e lamentando que a maioria PSD/CDS-PP tenha rejeitado a audição no Parlamento do presidente da PT, Miguel Horta e Costa.

"Dirigimo-nos directamente à opinião pública e chamamos à atenção para estes factos", afirmou o deputado do PS, sustentando que "a maioria PSD/CDS-PP e o Governo revelaram que estes os embaraçam" ao impedirem também as audições do ex-comentador da TVI Marcelo Rebelo de Sousa e do ministro dos Assuntos Parlamentares, Rui Gomes da Silva.

SILVA PEREIRA CONSIDERA NOTÍCIA DO "PÚBLICO" FALSA E DIFAMATÓRIA



A notícia publicada pelo jornal "Público" no dia 6 de Novembro de 2004 que associa o deputado e porta-voz do PS, Pedro Silva Pereira, à viabilização da construção de um aparthotel no Algarve, "é falsa e difamatória", tendo por isso exigido, ao abrigo do direito de resposta, a publicação da sua versão dos factos para repor a verdade e defender o seu nome.

Silva Pereira afirma que é falso que, enquanto Secretário de Estado do Ordenamento do Território, tenha viabilizado o empreendimento referido na notícia. Segundo afirma, a luz verde

para o empreendimento ocorreu com um parecer tácito favorável da CCR Algarve de Maio de 1999, data muito anterior àquela em que tomou posse como Secretário de Estado, que só se verificou em Outubro desse ano.

Quando foi confrontado com aquela situação em Março de 2000, "não só o parecer favorável da CCR Algarve já tinha sido confirmado por sentença judicial, como a Câmara Municipal já tinha emitido e entregue aos particulares alvará de construção por ordem do Tribunal Administrativo". Apesar de todo o processo que estava em marcha independentemente da sua tutela, o porta-voz do PS afirma que, por ter considerado gravosas para o ambiente e para a paisagem a construção de um empreendimento daquela natureza, ainda fez diligências para que se conseguisse transferir o projecto para outro local, mas sem sucesso.

Por estas razões e com os esclarecimentos que são desenvolvidos na edição do "Público", Silva Pereira considera que a notícia "distorce ou omite factos manifestamente relevantes e foi publicada sem que previamente fosse ouvido e sem que quaisquer diligências tenham sido feitas nesse sentido, violando assim grosseiramente as mais elementares regras legais e deontológicas".

EUROPA E AMÉRICA

As duas margens do Atlântico poucas vezes terão estado tão distantes. Politicamente, sim, mas também numa óptica mais ampla no plano cultural. Uma cisão que deve levar a repensar um conjunto de assumpções que muita gente na Europa teve como adquiridas ao longo de muitos e muitos anos.

Quatro anos depois de ter sido eleito pela primeira vez, George W. Bush *ganhou* as eleições americanas e prepara-se agora para um segundo mandato. Venceu à tangente em muitos Estados, e vence no colégio eleitoral por uma margem que um ou dois Estados teriam sido suficientes para inverter. Mas, desta vez, teve mais votos em número absoluto que o seu adversário e não houve dúvidas significativas sobre a legalidade do processo — e ainda bem para a democracia. *(Ainda que isso tenha adiado o debate na América sobre a evidente desadequação de um sistema exclusivamente maioritário nos círculos eleitorais de um sistema em que há apenas dois partidos).*

Este resultado foi o que bastou para que muitos proclamassem (até mais do que os próprios republicanos) uma vitória “retumbante” e “total” de Bush, apesar de todos os dados indicarem um triunfo pouco mais do que marginal do reeleito — apesar de tudo, e *contranatura*, bem mais comedido do que alguns analistas. No entanto, as declarações dos vencedores não deixam margem para dúvidas: a vitória eleitoral legítima a orientação que foi seguida nos últimos quatro anos, em particular em matéria de política externa. Assim sendo, os apelos à “reconciliação” feitos por Kerry e as expectativas de muito boa gente sobre um segundo mandato mais moderado, corrigindo os manifestos excessos do anterior, podem bem não ser mais do que exercícios espúrios de *wishful thinking*. Depois de um primeiro mandato tão desastroso e tão profundamente lesivo dos equilíbrios políticos e geoestratégicos não apenas do Ocidente com o resto do mundo mas também dentro do próprio Ocidente, esta decisão democrática e o caminho que se abre para os próximos quatro anos constituem sinais, pelo menos, sombrios. Uma maioria, cada vez menos silenciosa, de americanos apoia Bush. O resto do globo, surpreendido, declaradamente não. É que Bush não foi agora eleito pela primeira vez; é reeleito por uma margem bem mais confortável do que conseguira na eleição para o primeiro mandato.

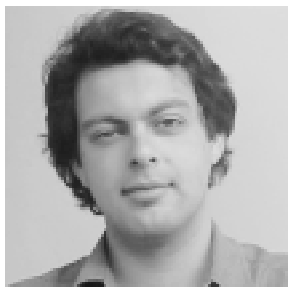
O que significa, entre outras coisas, que desta vez não há enganos nem segundas leituras possíveis. Os americanos não elegeram apenas a caricatura do “cowboy” texano profundamente conservador, o homem das “gaffes” e da manifesta impreparação a todos os níveis; escolheram agora como base num trabalho de quatro anos. Quatro anos em que se percebeu que o jogo não era a feijões, e que os discursos e as intenções de George W. eram mesmo para levar a sério.

Os americanos votaram, pois, nos tiques preocupantes de fanatismo religioso na boca de um presidente; no seu mais radical unilateralismo e na propensão belicista numa linha que é “us against the world” ou quase; legitimaram o profundo maniqueísmo que a visão do mundo de Bush revela todos os dias, na ideia da superioridade moral e histórica da América e no discurso do bem contra o mal. Votaram, também, depois de quatro anos de sucessivas demonstrações, num presidente impreparado e numa administração de um conservadorismo radical como terá havido poucas, orientação ideológica assumida e bem regada com ligações pouco saudáveis ao mundo dos grandes negócios. Votaram, além do mais, para sancionar quatro anos de políticas económicas desastrosas e políticas sociais de uma injustiça e gravidade tais cujas marcas dificilmente se apagarão nos próximos anos.

As duas margens do Atlântico poucas vezes terão estado tão distantes. Politicamente, sim, mas também numa óptica mais ampla no plano *cultural*. Uma cisão que deve levar a repensar um conjunto de assumpções que muita gente na Europa teve como adquiridas ao longo de muitos e muitos anos. Durante décadas, olhámos para os Estados Unidos como um referencial de democracia e de desenvolvimento que valia a pena emular, no fundo reproduzindo o discurso dominante da superioridade do sonho americano — e da sua concretização histórica.

Hoje, este raciocínio perde sentido. Perde sentido no modelo social e na qualidade de vida que a Europa proporciona aos seus cidadãos; perde sentido na visão do mundo (bem mais ampla e multilateral) que a Europa hoje tem; perde sentido na construção europeia que se vai aprofundando — e perderá mais à medida que esta se aprofunda mais.

É, pois, tempo de inverter os referenciais. Mesmo que os americanos não o percebam.



MIGUEL CABRITA

País Relativo

GALAMBA CANDIDATO À CÂMARA DAS CALDAS DA RAINHA

A Comissão Política da Concelhia aprovou, por unanimidade, em votação secreta, a candidatura de António Galamba à presidência da Câmara das Caldas da Rainha nas eleições autárquicas de 2005. “Pretendemos lançar um movimento de debate aberto à sociedade civil onde receberemos os contributos da população”, afirmou o candidato e líder da Concelhia local do PS, adiantando que a actual gestão do PSD, há 19 anos consecutivos à frente do município, “revela sinais evidentes de esgotamento”. Em comunicado, também a Concelhia afirma que “o PS deve ter uma oportunidade para gerir o município” considerando que “a gestão PSD está resignada perante as dificuldades, acomodada, esgotada e sem ambição”.

António Galamba, que ocupa o lugar de deputado desde 1999 e é membro da Comissão Política e Comissão Nacional do PS, disse ainda que vai apresentar propostas para as Caldas da Rainha no âmbito da discussão do Orçamento de Estado do próximo ano, tendo referido como exemplo o caso da necessidade de novas instalações do centro de saúde, um espaço que considerou já não responder às necessidades dos utentes.



VASCO COELHO RECANDIDATA-SE AO MUNICÍPIO DE MONFORTE

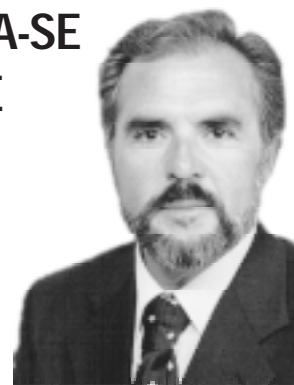
Vasco Coelho, 52 anos, engenheiro civil, é de novo o candidato do PS à Câmara Municipal de Monforte, depois de em 2001 ter perdido o município para a CDU por apenas 10 votos.

A candidatura de Vasco Coelho foi aprovada pela Comissão Política Concelhia por unanimidade.

Para o líder da Concelhia de Monforte, Miguel Rasquinho, a escolha de Vasco

Coelho assenta na “sua capacidade de trabalho e determinação, patentes na sua acção como vereador e reconhecidas pelas restantes forças políticas”.

E adianta que os pressupostos da candidatura socialista são os mesmos de há quatro anos: “Construir uma alternativa ao marasmo e inabilidade que têm sido a imagem de marca da actual gestão camarária da CDU”.



EDITE ESTRELA DENUNCIA

SINTRA SEM RUMO NEM ESTRATÉGIA

A gestão camarária de Sintra (PSD/PP/CDU) está a “alimentar a clientela política” na administração das empresas municipais e a prejudicar os investimentos no concelho. A denúncia partiu de Edite Estrela, que em conferência de imprensa fez o “balanço negro” do actual Executivo camarário.

Nas declarações que então proferiu, Edite Estrela manifestou-se “profundamente preocupada” com o facto do investimento municipal ter recuado a níveis de 1996 e da maioria das promessas feitas pela aliança que preside à edilidade não terem saído do papel.

“Em Sintra, o que deveria subir, ou seja, o investimento e a obra feita, desce, e o que deveria descer, isto é, o desperdício e a propaganda, sobe”, criticou, para depois aludir ao lema da conferência do passado dia 2 de Novembro: “Há 1000 dias que Sintra parou!”.

De acordo com os dados apresentados pelos socialistas, o investimento desacelerou, passando de perto de 73 milhões de euros, em 2001 (último ano do PS à frente da autarquia), para 44 milhões, em 2003. Segundo Edite Estrela, quase todas as empresas municipais “estão em situação de falência”, registando, nalguns casos, gastos com o pessoal que “duplicaram em dois anos”, numa situação que classificou como “escandalosa”.

“A Empresa Pública Municipal de Estacionamento (EPME) tem três administradores e sete funcionários. Os encargos correspondem aos proveitos operacionais da empresa, ou seja, vive só para pagar os administradores”, denunciou a eurodeputada, para quem essa “necessidade de manter um administrador de cada partido, serve para “satisfazer as clientelas políticas” em detrimento das competências.

“As escolhas são feitas por critérios político-partidários”, reforçou, acrescentando sentir-se confiante na reconquista da Câmara pelos socialistas.

A ex-edil de Sintra garantiu que o PS terá “uma personalidade” para recuperar a câmara, pois até agora o actual Executivo “só tem conseguido vender gato doente por lebre saudável”.

Durante a conferência de Imprensa, o PS de Sintra acusou também o Executivo de Fernando Seabra de só ter desenvolvido “projectos e obras virtuais” durante os primeiros 1000 dias de mandato, transformando Sintra num concelho “sem rumo, nem estratégia”.

Os socialistas responsabilizam a gestão da aliança PSD/PP/CDU de provocar um “continuado aumento das despesas municipais”, recordando ainda algumas das promessas feitas durante a campanha, para concluir que “nada foi feito”.

NOVAS LEIS DO ARRENDAMENTO PROMESSA OU DESGRAÇA

As novas leis de arrendamento que o Governo entregou à Assembleia da República têm essencialmente três grandes tipos de objectivos a saber:

- aumentar o valor das rendas nos contratos sem duração limitada relativos a fracções que se encontrem em bom estado;
- modificar a moldura legal dos novos contratos de arrendamento por forma a que os contratos sem duração limitada possam ser denunciados sem invocar qualquer razão com pré-aviso de três anos;
- fazer transitar para o novo regime todos os contratos que não forem denunciados pelo proprietário contra indemnizações.

A grande excepção às regras acima referidas corresponde aos fogos em que o arrendatário tenha mais de 65 anos, que constituem cerca de 53 por cento do parque habitacional e continuam a reger-se pelo actual Regime de Arrendamento Urbano.

O quadro 1 resume o regime de transição tal como consta do decreto-lei apresentado pelo Governo à Assembleia.

A intenção longamente anunciada pelo Governo de alterar as leis do arrendamento foi inicialmente bem acolhida pela imprensa e contou mesmo com o apoio dos diferentes agentes do sector. Prometia-se aumentos para os proprietários e apoios do Estado para os inquilinos mais carenciados.

No entanto, a divulgação do texto das leis no dia em que o Conselho de Ministros os aprovou permitiu aferir dos verdadeiros objectivos e as consequências mais gravosas da lei que não tinham sido anteriormente referidas:

- pouca progressividade nos aumentos de renda, em especial para as famílias mais carenciadas;
- inexistência de um período em que a renda seja fixada no valor da renda condicionada para as famílias com rendimentos superiores a cinco salários mínimos quando este período está previsto para todos os outros arrendatários;
- destruição das legítimas expectativas de famílias especialmente protegidas da denúncia do contrato na legislação vigente (reformados, deficientes, contratos com mais de 30 anos);
- inexistência de um tecto máximo razoável para a chamada renda negociada, o que poderá conduzir à expulsão e despejos de um grande número de famílias e actividades num mercado em que o Governo reconhece que os preços pedidos superam em 40 por cento a normal remuneração do capital investido;
- falta de consideração pela estabilidade necessária à amortização dos investimentos feitos pelos arrendatários em especial no comércio e turismo, e não valorização da criação pelo arrendatário de uma clientela e nome não deslocalizável;
- falta de ponderação das consequências em termos de falências e desemprego ou de animação dos centros urbanos a que aumentos descontrolados e denúncias precipitadas poderão conduzir;
- falta de garantia de independência dos técnicos contratados para certificar das condições de habitabilidade dos fogos, uma vez que estes são escolhidos por uma das partes sem que estejam definidas incompatibilidades;
- falta de capacidade de resposta dos serviços da segurança social e do INH para apoiar as famílias mais carenciadas;
- falta de apoio à reabilitação dos fogos que se encontram em pior estado, ou seja

aqueles habitados por idosos com mais de 65 anos;

- falta de discriminação positiva para os senhorios com poucos recursos;
- falta de medidas complementares penalizando fiscalmente os locais devolutos;
- falta de consistência em termos de prazos e coeficientes de actualização com a reforma de tributação do património.

Convém não esquecer que o congelamento das rendas foi acompanhado pelo congelamento das matrizes prediais. Assim, a introdução do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis poderia e deveria ser acompanhada de um aumento das rendas ainda desajustadas.

Não se entende no entanto que as leis que agora o Governo propõe para o arrendamento não fixem mecanismos e coeficientes de actualização, face à renda inicial, semelhantes aos coeficientes adoptados para actualização das matrizes para efeitos fiscais.

Seria esta uma forma não conflitual de atingir um ajustamento das rendas justo e que anulasse definitivamente os efeitos do congelamento.

Para os imóveis objecto de avaliação e progressivamente seria possível fixar um tecto para a renda em função do valor do prédio, mantendo a competitividade com as taxas do crédito hipotecário para compra de casa própria.

O PS promoveu a audição dos diferentes agentes e associações representativas da nossa sociedade sobre esta matéria. As audições ainda estão em curso na Comissão de Obras Públicas da Assembleia da República e têm permitido evidenciar as consequências nefastas ou mesmo dramáticas da lei na sua actual redacção, tornando inevitável a aceitação por parte do Governo de inúmeras alterações.

As primeiras alterações propostas pelo Governo vêm apenas aumentar o valor das indemnizações por denúncia de contrato tanto para as famílias como para os estabelecimentos e aumentar os prazos em que se aplica o regime de transição com aumentos progressivos das rendas no que respeita aos estabelecimentos comerciais e turísticos.

No entanto é claro que estas cedências não vêm alterar o essencial, ou seja, a valorização da estabilidade uma vez garantida uma renda justa.

Se a lei não for substancialmente alterada, no sentido de diminuir a discricionariedade, e não garantir a progressividade dos aumentos para as famílias mais carenciadas e fixar um tecto para a renda máxima que balize os aumentos nas rendas hoje em vigor terá como consequência a expulsão dos idosos dos centros urbanos, será dramática para milhares de famílias, provocará a falência de estabelecimentos viáveis e irá acentuar a destruição dos centros urbanos das grandes cidades.

Contrariamente ao que é propagandeado pelo governo as rendas já foram descongeladas em 1985 pelo nosso camarada Fernando Gomes, então secretário de Estado da Habitação e Urbanismo. Também desde então foram criados inúmeros programas de que se salientam o RECRUA – RECRIH – SOLARH – REABITA mas também os Programas Pobreza de apoio à recuperação de edifícios e fogos degradados de que beneficiaram milhares de famílias.

Foi possível, por exemplo, com as leis actuais mas com uma política activa e empenhada por parte da Câmara, recuperar todo o centro da cidade de Guimarães mantendo a população e os estabelecimentos tradicionais.

Como foi afirmado pelo bastonário da Ordem dos Advogados seria mais útil melhorar a eficácia e rapidez da justiça do que alterar a lei do arrendamento.

Acrecece que a precarização sistemática do arrendamento e, em particular, a fixação de um prazo mínimo de três anos para o arrendamento habitacional já conduziu em Espanha a um decréscimo acelerado do mercado de arrendamento, tendo mesmo conduzido à alteração da lei e retorno ao prazo mínimo de 5 anos, hoje em vigor neste país vizinho. A precarização do arrendamento contribuirá para uma forte diminuição deste mercado, confinando-o à satisfação das necessidades das chamadas famílias em transição (imigrantes, divorciados, deslocados, etc. . .).

O Governo parece desconhecer que hoje na média europeia mais de metade do mercado de arrendamento não é arrendamento privado a preço livre mas sim arrendamento social promovido pelos municípios ou por entidades sem fins lucrativos em imóveis construídos a preços controlados.

O parque de arrendamento social constitui 15 por cento da oferta habitacional na média europeia e constitui uma verdadeira almofada social para as famílias carenciadas e camadas médias baixas da população.

Também os fogos devolutos são frequentemente penalizados fiscalmente como por exemplo em França ou mesmo objecto de arrendamento compulsivo por parte dos municípios como na Bélgica, apesar da incidência de fogos devolutos ser menor do que em Portugal.

Com efeito, Portugal tem desde 1970, data em que foi realizado o 1º censo sobre a matéria, uma percentagem elevada de fogos devolutos. Só no censo de 1981, fruto da chegada dos retornados e das ocupações, esta percentagem foi inferior a 10 por cento. Este factor pode ser explicado pelo pequeno custo associado à manutenção de propriedades não ocupadas em Portugal fruto das inúmeras desactualizações e isenções fiscais.



LEONOR COUTINHO

Se a lei não for substancialmente alterada, no sentido de diminuir a discricionariedade, se não garantir a progressividade dos aumentos para as famílias mais carenciadas e fixar um tecto para a renda máxima que balize os aumentos nas rendas hoje em vigor terá como consequência a expulsão dos idosos dos centros urbanos, será dramática para milhares de famílias, provocará a falência de estabelecimentos viáveis e irá acentuar a destruição dos centros urbanos das grandes cidades.

Quadro 1 - Regime de transição

Contratos posteriores ao RAAU – 1990		Novo regime quando da sua renovação			
Duração Limitada		Novo regime decorrido três anos			
Outros		Novo regime decorrido três anos			
Contratos anteriores ao RAAU – 1990		Período de Transição			
Após Período de Transição					
		Renda e Período de Transição	Denúncia por não acordo na renda	Garantia de não denúncia após acordo	
Idade Arrendatário	> 65	RAEC < 5 SMN	Mesma renda ou * renda condicionada com subsídios	Não é possível	Não é necessário acordo
		RAEC > 5 SMN	Renda condicionada	Não é possível	Não é necessário acordo
	< 65	RAEC < 3 SMN	Renda condicionada 3 anos e/ subsídios	Só depois de concluída habitação social	Por 3 anos
		3 SMN < RAEC < 5 SMN	Renda condicionada 3 anos	Indemnização 3 anos de renda	Por 3 anos
	RAEC > 5 SMN	Não tem período de transição	Indemnização 3 anos de renda	Por 3 anos	
Comerciais	Associações religiosas, sem fins lucrativos ou fundações	Renda condicionada 3 anos	Indemnização de 4 anos de renda	Por 7 anos	
	Micro-empresas/pessoas singulares	Renda condicionada 3 anos	Indemnização de 4 anos de renda	Por 3 anos	
	Grandes e Médias empresas/ Estado	Renda condicionada 2 anos	Indemnização de 4 anos de renda	Por 3 anos	

* casas degradadas com risco para segurança – artigo 25º do Regime de Transição

EVOLUÇÃO DOS FOGOS DEVOLUTOS EM PORTUGAL

	1970	1981	1991	2001
devolutos	373.950	190.331	440.159	543.777
parque	2.702.215	3.240.000	3.990.270	4.832.537
%	14%	6%	11%	11%

RENATO SAMPAIO QUESTIONA GOVERNO SOBRE POLIS DO DISTRITO DO PORTO

A concretização de projectos com a importância e a dimensão do Polis não pode ficar à mercê das simpatias momentâneas dos decisores políticos e muito menos estar sujeita a interesses locais ou particulares. Neste sentido, Renato Sampaio exigiu, num requerimento dirigido aos ministros das Cidades e do Ambiente, cabal clarificação sobre o futuro dos programas de requalificação urbana relativos ao distrito portuense.

O deputado socialista quer que o Governo garanta de uma vez por todas a concretização dos Polis de Vila do Conde, Matosinhos, Porto, Vila Nova de Gaia, Gondomar e Valongo, fixando prazos parciais e finais para cada uma das obras. No documento entregue na Assembleia da República, o parlamentar do PS questiona a tutela sobre a fase em que se encontram os instrumentos de gestão territorial necessários à execução dos projectos e pergunta quais são os valores atribuídos às sociedades Polis provenientes dos cofres estatais, bem como dos fundos comunitários.

CENTRO DE MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO DO SUL PREOCUPA SOCIALISTAS

Os deputados socialistas eleitos pelo círculo do Algarve querem saber se o Ministério da Saúde alterou ou pretende alterar o programa funcional e o projecto da construção do Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul, a instalar em São Brás de Alportel.

Em causa estão os atrasos no processo de concretização de uma obra já adjudicada, com financiamento garantido, cuja conclusão estava prevista para Fevereiro de 2005 e que está parada na sequência de uma decisão governamental de submeter a sua execução à avaliação do "interesse público do projecto", por parte de um grupo de trabalho.

Assim, José Apolinário, Luís Carito, Maria do Rosário Carneiro e Vítor Neto exigem que a tutela forneça uma cópia do relatório do grupo, bem como "informações relativas à orientação política deste dossier".

Os parlamentares do PS perguntam ao ministro Luís Filipe Pereira qual a razão das tarefas atribuídas a este grupo de trabalho e defendem a necessidade de conhecer "o entendimento e alcance da recomendação ao grupo de trabalho para definição de sistemas remuneratórios".

Os deputados socialistas do Algarve questionam ainda sobre o modelo e a estratégia que o Governo vai desenvolver neste Centro.

"Pretende-se privatizar o referido Centro? Ou, mantendo a natureza pública da estrutura, o Ministério da Saúde vai entregar a privados o equipamento e gestão deste? Em que quadro de referência? Porque esta decisão em violação do programa funcional anteriormente aprovado para o Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul?", inquiriram num requerimento entregue no Parlamento.

SOCIALISTAS DA GUARDA CONTESTAM INTRODUÇÃO DE PORTAGENS

O PS da Guarda apelou ao "bom senso" do primeiro-ministro e do ministro das Obras Públicas, para que a introdução de portagens na A23 e A25 fique sem efeito "como medida discriminatória positiva para o interior", no quadro de um desenvolvimento sustentado e equilibrado do território nacional.

Em carta enviada aos dois governantes, os socialistas da Guarda afirmam ser "com mágoa que as populações da Beira Interior têm vindo a assistir à 'teimosia' do actual Governo de levar avante a introdução de portagens na A23 (auto-estrada da Beira Interior) e A25 (auto-estradas das Beiras Litoral e Alta)".

Desse modo, adiantam, ficará "a zona cercada por portagens nas suas ligações ao resto do país e sem que existam alternativas condizentes com as necessidades das pessoas e agentes económicos".

O documento adianta que a construção da A23 sem portagens "veio trazer novo ânimo às populações da Beira Interior, ligando-as ao litoral".

Sublinhando que as vias rodoviárias são um factor importante para o desenvolvimento das regiões que servem, o PS da Guarda considera que, com a introdução das portagens, "as medidas de discriminação positiva que ofereceram ao Interior começam a regredir e serão altamente penalizadoras para um verdadeiro desenvolvimento sustentado e equilibrado do território nacional".

Por outro lado, referem os socialistas, "o argumento utilizado do utilizador/pagador cai por terra, já que o mesmo não é aplicado a todo o território português".

E, a propósito, questionam: "Onde estão as portagens nos dispendiosos túneis executados na Ilha da Madeira?".

Apesar de reconhecer que cada zona do país tem "os seus problemas e dificuldades muito específicas", o PS/Guarda afirma que "a introdução de benefícios para os residentes que se desloquem num raio de 30 quilómetros não serve para motivar os potenciais investidores e penaliza as empresas existentes, diminuindo as suas capacidades competitivas".

"Mesmo estes pseudo, exíguos e hipotéticos benefícios não fazem sentido quando o actual Governo dinamizou a criação de comunidades urbanas e áreas metropolitanas. Se dentro destas comunidades os utilizadores irão pagar portagens para lá de um raio de 30 quilómetros isentado, como pretenderá o Governo potenciar uma verdadeira união e consolidar territorialmente e ideologicamente estas novas comunidades ou áreas", questiona o PS da Guarda.



ALGARVE

PS LANÇA CAMPANHA DE "OUTDOORS"

Está já no terreno a primeira acção de uma campanha contra a imposição de portagens que os socialistas estenderão a nível nacional. O PS/Algarve colocou 60 "outdoors" por toda a região, manifestando deste modo a sua oposição categórica ao pagamento de portagens nas Scut's e em particular na Via do Infante.

O primeiro dos cartazes — em que se pode ler "Pagar Portagens não é Alternativa" — foi colocado simbolicamente à entrada de Faro, prevendo-se que seis dezenas de "outdoors" se mantenham, pelo menos, até ao fim do ano.

Na acção foi também apresentado um desdobrável em que se explicam, em cinco pontos, as razões da discordância

com a resolução governamental e autocolantes para uso nas viaturas.

Entretanto, o núcleo regional da UGT manifestou disponibilidade para aderir à acção de bloqueio da EN125 e de boicote à circulação na Via do Infante convocada, para o próximo dia 12 de Novembro, por autarcas e empresários algarvios.

GOVERNO MENTIU SOBRE FUNDOS PARA O ALENTEJO

O PS/Évora manifestou-se contra a mais recente "operação propagandística" do Governo ao tentar "criar a ilusão de que vinham aí milhões para o Alentejo". Em comunicado, a Federação socialista denuncia a vinda de um ministro, com meses de atraso, à sede da Comissão de Coordenação Regional para fazer a homologação de projectos das autarquias com fundos comunitários,

"num acto de pura propaganda política". Mas, adiantam os socialistas eborenses, "não contente com esta encenação, a organização foi feita de forma a que, para além do ministro, mais ninguém pudesse intervir. E assim foi impedido o presidente da Câmara de Elvas de desmontar a operação propagandística, tendo-lhe sido atabalhoadamente retirada a palavra". "Os portugueses estão fartos de saber

como este Governo actua e estão curados das falsas promessas e das manobras da 'Central de Informação' que custa milhões de euros aos contribuintes", refere o PS/Évora, salientando que "depois de silenciarem Marcelo só faltava agora quererem silenciar os autarcas". Só que "os autarcas socialistas jamais se calarão na defesa dos interesses do Alentejo".

NA EUROPA COM OS PORTUGUESES

12 de Novembro

DEPUTADOS DO PS ao Parlamento Europeu em:

Aveiro	Ana Gomes, Paulo Casaca
Beja	António Costa, Manuel dos Santos
Guarda	Edite Estrela, Francisco Assis
Santarém	Elisa Ferreira, Fausto Correia
Viana do Castelo	Sérgio Sousa Pinto, Jardim Fernandes
Vila Real	Capoulas Santos, Jâmila Madeira

Consulte o programa na nossa página da Internet
www.partido-socialista.net/pspe

Grupo Socialista no Parlamento Europeu

Breves

FEDERAÇÕES

O **PS/Algarve** continua a recolha de assinaturas para uma petição que será entregue no Parlamento com vista a solicitar a reapreciação e revisão da decisão de introduzir portagens na Via do Infante.

No documento endereçado ao presidente da Assembleia da República, os socialistas algarvios lembram as promessas públicas feitas por sucessivos Governos e reafirmada pelo actual, no sentido de não penalizar a região com pagamento de portagens, explicitando ainda as razões para tais compromissos.

Segundo os socialistas algarvios, a introdução de portagens na Via do Infante vai gerar custos acrescidos significativos com a execução de obras de adaptação. Vai também penalizar os utentes no Algarve, "onde não existe qualquer via alternativa", e prejudicará a economia regional, essencialmente assente no turismo.

CONCELHIAS

O **PS/Gondomar** vai propor nos órgãos autárquicos locais um pacote de medidas para recuperação dos bairros camarários, procurando minorar os problemas sociais aí existentes, uma vez que a situação mostra ser já de "pré-colapso".

Mais de um terço dos 140 mil habitantes de Gondomar – operários, domésticas "e muitos desempregados" – vivem em bairros sociais da cidade, calculou o líder da estrutura concelhia socialista, Ricardo Bexiga.

Nestes aglomerados de construção "frágil" agudizam-se problemas de pobreza, tráfico de droga, insegurança, falta de equipamentos sociais, denunciou, defendendo uma política de solidariedade social e de proximidade por parte da edilidade.

O **líder da Concelhia do PS/Porto** assumiu o "compromisso de honra" de dar prioridade à reabilitação do Mercado do Bolhão, considerado um dos "ex-libris" da cidade, caso os socialistas ganhem a Câmara nas próximas eleições autárquicas.

Nuno Cardoso falava aos jornalistas no final de uma visita ao Mercado do Bolhão para constatar a degradação daquela "pérola" da cidade e criticar a inacção do actual executivo municipal (PSD) no que se refere à reabilitação daquele espaço.

Dias antes, Cardoso denunciou a "dimensão limitada" do novo Plano Director Municipal (PDM) portuense, durante uma visita que realizou à Cooperativa da Prelada.

Para o dirigente socialista, "o PDM não estabelece uma política de ligação com os municípios vizinhos do Porto" e "foi feito a pensar num Porto pequenino, paroquial, não no Porto enquanto centro do Noroeste peninsular".

A **Concelhia do PS da Guarda** apelou ao "bom senso" do primeiro-ministro e do ministro das Obras Públicas para que a introdução de

portagens na A23 e A25 fique sem efeito "como medida discriminatória positiva para o Interior".

Em carta enviada aos dois governantes, os socialistas afirmam ser "com mágoa que as populações da Beira Interior têm vindo a assistir à teimosia do actual Governo de levar avante a introdução de portagens na A23 (auto-estrada da Beira Interior) e A25 (auto-estradas das Beiras Litoral e Alta)", porque desse modo, adiantam, a zona ficará "cercada por portagens nas suas ligações ao resto do país, sem que existam alternativas condizentes com as necessidades das pessoas e agentes económicos".

O **PS/Águeda** quer saber se a "tardia" investigação da Inspeção-Geral da Administração do Território, que decorre há quatro meses na autarquia local (PSD), abrange ou não os "negócios simulados" que originaram o processo judicial de peculato e falsificação de documentos contra o edil Castro Azevedo e o deputado do PSD Cruz Silva.

Em comunicado, a concelhia socialista apela à celeridade processual, apontando ainda para a situação anómala que se verifica na autarquia, com "um Presidente da Câmara impedido de entrar no edifício dos Paços do Concelho e de exercer o mandato autárquico, mas que continua a receber vencimento, e com um deputado do PSD que usa o seu mandato para evitar a Justiça".

Recorde-se que a investigação da Polícia Judiciária de Aveiro à Câmara teve origem numa denúncia do PS devido a facturas passadas pela Unicola, empresa a que estava ligado o Cruz Silva, à Câmara e aos Serviços Municipalizados, em 1998 e 1999, com valores entre os 2.500 e 4.000 euros mensais, emitidas em feriados e domingos, que alegadamente correspondem a vendas simuladas.

A **Concelhia socialista de Leiria** anunciou a demissão do seu representante na administração dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento (SMAS) locais em protesto contra a falta de investimento no sector por parte do executivo camarário.

Em comunicado, o vereador José Manuel Silva revelou que pediu a demissão por considerar que a maioria do PSD de Leiria "não foi capaz de assegurar nem os meios financeiros, nem os meios técnicos necessários à conclusão do saneamento até ao final de 2005".

O **PS de Caldas da Rainha** anunciou que vai votar contra o Plano Estratégico do concelho na Assembleia Municipal, por este "não incorporar as sugestões formuladas pelas juntas de freguesia e por diversas instituições e não aceitar as propostas apresentadas pelos socialistas para suprir muitas imprecisões e omissões".

SECÇÕES

A administração do Centro Hospitalar de Vila Real/Peso da Régua está a transformar esta valência de saúde pública numa "clínica privada"

onde apenas são atendidos doentes particulares ou que pertençam às listas de espera cirúrgica.

Em comunicado, Jorge Almeida, responsável pela **Secção de Acção Sectorial da Saúde do PS do distrito de Vila Real**, denuncia que o Hospital de D. Luíz, na Régua, inserido no Centro Hospitalar, só está a tratar doentes da área cirúrgica que paguem ou que pertençam às listas de espera cirúrgica.

Segundo Almeida, os doentes do regime geral estão todos a ser encaminhados para Vila Real, considerando que esta situação "é imoral e colide com os valores de universalidade e equidade no tratamento dos cidadãos".

AUTARQUIAS

Os **vereadores eleitos pelo PS** abandonaram a última reunião da Câmara de Coimbra em solidariedade para com um colega de partido impedido de falar no mesmo encontro pelo presidente da autarquia (PSD).

Depois de abandonar a sala, o vereador em causa, o socialista Luís Vilar, recorrendo à sua qualidade de presidente da concelhia de Coimbra do PS e de dirigente nacional do partido, disse tratar-se de "um caso insólito de autoritarismo, e de grande arrogância democrática" da parte de Carlos Encarnação.

Os **autarcas do na câmara de Almada** vão apresentar uma queixa ao provedor de Justiça contra a maioria CDU por esta ter violado a lei ao recusar a participação da oposição no boletim de actividades municipais.

Juntamente com a queixa seguirá uma outra para a Inspeção-Geral da Administração do Território (IGAT), informaram Ruben Raposo e Ana Vasconcelos, para quem o executivo camarário "omitiu" os princípios de pluralismo democrático consagrados na Constituição da República e em directivas da Alta Autoridade para a Comunicação Social.

Os **autarcas do PS no município taviense** protestaram pela forma como o presidente da autarquia local (PSD) conduziu o processo relativo ao Campo de Jogos do Ginásio Clube de Tavira, denunciando uma "coacção exercida sobre o clube pela não aceitação da alienação do seu património a favor da Câmara Municipal".

Para os socialistas, esta é uma "atitude inqualificável que lembra um passado não muito longínquo", pelo que propõem que a edilidade "reconheça o investimento feito com o recurso às verbas próprias, que advêm dos impostos pagos por todos os tavienses", uma vez que o referido equipamento serve toda a população do concelho.

Em causa está o facto de o Algarve United passar a utilizar, a partir desta época, sob permissão camarária, o campo do Ginásio de Tavira como seu recinto oficial, originando alguns desentendimentos entre dirigentes do clube e na cidade.

Agenda

SECRETÁRIO-GERAL

11 de Novembro – José Sócrates preside à segunda reunião do Conselho Económico.

13 de Novembro – 20h00 – O secretário-geral do PS preside à sessão de recandidatura do camarada Rui Barreiro à presidência da Câmara Municipal de Santarém, num jantar/comício que terá lugar no restaurante Varanda do Parque, no CNEMA.

20 de Novembro – 18h00 – O líder socialista encerra a Convenção Autárquica Distrital, a realizar-se no Parque de Exposições e Feiras de Aveiro.

COMISSÃO POLÍTICA

16 de Novembro – 21h00 – Reunião da

Comissão Política Nacional do PS no Largo do Rato. Na ordem de trabalhos, três pontos fundamentais: voto socialista na proposta de Orçamento de Estado para 2005; relação entre os poderes político e económico e a Comunicação Social; processo de realização do referendo europeu.

FEDERAÇÕES

12 de Novembro – Em colaboração com a delegação socialista do PE, a Federação do Baixo Alentejo do PS organiza a visita ao distrito de Beja de uma delegação de eurodeputados liderada por António Costa. No mesmo dia, outro grupo de deputados socialistas europeus visitará o distrito de Vila Real. Ainda na próxima sexta-feira, Paulo Casaca e Ana Gomes deslocam-se de manhã a São João da Madeira e depois a Ílhavo, onde participarão num plenário distrital de militantes.

20 de Novembro – No âmbito do Gabinete de Estudos e Formação da Federação do PS do Baixo Alentejo, realiza-se um colóquio sobre os fenómenos da exclusão social.

CONCELHIAS

14 de Novembro – 15h00 – O PS/Vila Real organizam o tradicional magusto na Escola Diogo Cão.

SECÇÕES

15 de Novembro – 21h00 – Sessão pública promovida pela Secção Sectorial da Saúde dos socialistas vilarealenses para debater problemas sobre o Centro Hospitalar Vila Real/Régua, no Hotel Régua Douro.

A VERTIGEM DO MICROFONE

Os políticos ficam mal na fotografia quando respondem a uma pergunta, mesmo que sobre factos falsos, com um autêntico "não sei". E são maltratados se recusam debitar o "sound byte" requerido no tempo que a Comunicação Social lhes impõe.

As personalidades públicas são, recorrentemente, acometidas por uma doença que se manifesta no facto de falarem sempre que um microfone lhes surge à frente e uma câmara lhes é apontada ao rosto.

A propósito de Yasser Arafat, esta patologia já vitimou duas pessoas de nível mundial. Interrogado sobre a notícia da sua morte, o primeiro-ministro luxemburguês respondeu com precisão: "Morreu há 15 minutos". Quase em simultâneo, do outro lado do Atlântico, George Bush respondia a pergunta semelhante do modo evangélico que agora caracteriza os EUA, pedindo a Deus paz pela sua alma.

Ora, se Arafat já tinha morrido, tendo sido adiado o anúncio da sua morte, como os adeptos das teorias conspirativas – talvez com realismo, porque às vezes as conspirações existem mesmo – sempre julgarão, estes dois líderes mundiais foram de uma total precipitação, porque foram politicamente desmentidos, também quase em tempo real. O hospital militar em que o paciente se encontrava e o próprio Presidente Chirac desmentiram a sua morte e muitas sucessões de 15 minutos passaram sem que ela tivesse sido oficialmente confirmada.

Se Arafat não tinha morrido, as suas declarações foram totalmente irresponsáveis, porque não se brinca com a vida e a morte de ninguém e muito menos com a de um líder político de uma região em permanente risco de explosão.

Mas compreende-se que tenham sucumbido à vertigem do microfone. Os políticos ficam mal na fotografia quando respondem a uma pergunta, mesmo que sobre factos falsos, com um autêntico "não sei". E são maltratados se recusam debitar o "sound byte" requerido no tempo que a Comunicação Social lhes impõe. É por isso necessário não ter medo dos maus-tratos mediáticos para conseguir manter em acção o antídoto para a vertigem do microfone.



PAULO PEDROSO

Opinião

ANTÓNIO COSTA DENUNCIA

GOVERNO NEGLIGENCIA DÍVIDA PÚBLICA

A mesma coligação de direita que vive uma prolongada obsessão com o défice das contas públicas é negligente com a dívida portuguesa, um dos critérios do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) da União Europeia.

A denúncia foi deixada por António Costa, que numa sessão sobre a situação económica e social do país, realizada no passado dia 6, destacou o facto de Bruxelas obrigar os países da moeda única a manterem o referido indicador abaixo dos 60 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Actualmente, a dívida pública nacional situa-se nos 60,8 por cento do PIB e a Comissão Europeia prevê que em 2005 este valor cresça para 62 por cento, passando em 2006 para 62,9 por cento do PIB.

"O Governo anterior preocupava-se com o aumento da dívida pública, mas este Executivo assumiu que mantém a preocupação com o défice público, deixando, porém, de se preocupar com a dívida pública", acusou Costa para depois frisar que a dívida constitui um dos nossos compromissos efectivos e duradouros, "daquelas a que teremos de fazer face no nosso futuro, é o critério que deve ser valorizado para analisar a estabilidade das nossas finanças públicas a longo prazo".

Segundo o vice-presidente do PE, esta atitude do Executivo de coligação "é um erro gravíssimo para as futuras gerações". O ex-presidente do grupo parlamentar do PS classificou ainda como "fracasso" a consolidação orçamental promovida durante a governação PSD/CDS-PP, afirmando que a situação actual "é pior do que a de 2001", quando os socialistas deixaram o poder.

"Mesmo o défice para o próximo ano é superior ao défice do famoso ano de 2001",



apontou, referindo-se ao défice real previsto para 2005, excluindo as receitas extraordinárias, que é da ordem dos 4,2 por cento, enquanto que em 2001 o défice real foi de 4,1 por cento do PIB.

O responsável pelos Assuntos Europeus no Secretariado Nacional do PS contestou igualmente a "credibilidade" do cenário macroeconómico previsto pelo Governo no Orçamento de Estado para 2005, que está em discussão no Parlamento, e disse que este "suportase em mais manigâncias".

"Isso não resolve a situação do país. Consegue-se receita por um dia mas teremos despesa para toda a vida, para todo o sempre será o Estado a suportar as pensões devidas àqueles beneficiários", contestou Costa

Acabar com as "bandalhadas" da direita

Na mesma sessão, Ana Paula Vitorino qualificou as medidas do ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, António Mexia, como de "gargalhada",

acusando-o de não ter qualidades para ser governante.

"Se não fosse tão grave, podíamos estar aqui toda a noite a rir à gargalhada com as medidas do ministro", declarou a dirigente nacional, acrescentando que "António Mexia tem estado a ser vendido pela Central de Propaganda como um gestor eficaz que vai levar o país à vitória".

A responsável do PS pelas áreas das Obras Públicas e dos Transportes, que respondia a perguntas dos militantes socialistas sobre aqueles sectores, contestou também a eficácia e oportunidade de "todas as medidas", entre as quais o fim das auto-estradas Scut's promovidas por Mexia, sublinhando que "mesmo as análises financeiras são mal feitas".

Apontando contradições do ministro sobre o futuro traçado do comboio de alta velocidade (TGV) entre Lisboa e o Porto e a introdução de taxas à entrada dos automóveis nas cidades, Ana Paula Vitorino concluiu a sua intervenção defendendo a importância do regresso do PS ao poder para pôr fim ao que classificou de "bandalhadas" da actual governação.

INCÊNDIOS 2004

APOIOS DE "EMERGÊNCIA" CONTINUAM NO PAPEL

Praticamente três meses depois dos incêndios que fugitaram as serras do Caldeirão e de Monchique, "continuam no papel os apoios sociais de emergência", anunciados com pompa e circunstância no final do Conselho de Ministros realizado em Agosto último. Perante mais uma prova da "ineficácia" e "incapacidade" do Governo na área da solidariedade, o deputado do PS José Apolinário exige que o primeiro-ministro e o Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança esclareçam de uma vez por todas para quando estarão finalmente disponíveis os formulários de candidatura aos apoios sociais de emergência para os cidadãos em situação de carência económica afectados pelos incêndios do Verão passado. Em requerimento entregue à Assembleia



da República, o parlamentar socialista questiona também a tutela sobre as acções de ajuda às populações previstas para agilizar o procedimento que, segundo Apolinário, "se revela

anormalmente lento, sobretudo quando em comparação com situações excepcionais que ocorreram no passado e que tiveram da Segurança Social uma resposta mais célere e eficaz".

ENSINO SUPERIOR

PS SOLIDÁRIO COM ESTUDANTES

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista partilha as preocupações dos estudantes do Ensino Superior de todo o país que se concentraram diante da Assembleia da República, numa manifestação contra o aumento das propinas, criticando as opções do Governo.

A deputada do PS Ana Catarina Mendonça deslocou-se, no passado dia 4, ao exterior do Parlamento para "dar uma palavra de alento" aos estudantes pelas suas reivindicações, que, frisou, são também as dos socialistas "no que diz respeito à Lei do Financiamento, à Lei de Bases da Educação e ao desinvestimento total do Orçamento de Estado de 2005".

"É inenarrável como é que num país como o nosso a acção social escolar cresce zero e as propinas aumentam até 850 euros ano", criticou a parlamentar, para de seguida concluir que "não é esta a qualidade de ensino que nós queremos que sejam os alunos a pagar".

"Que o Estado assumia a sua responsabilidade constitucional de tudo fazer para que os estudantes saibam acompanhar os congéneres europeus", desafiou.

LIVROS DOS NOSSOS

RECENSÃO DO LIVRO "DESAFIOS DO SOCIALISMO"

Secção dedicada à divulgação e apresentação crítica dos livros que vão publicando os militantes do Partido Socialista.



Desafios do Socialismo

José Nuno de Lacerda Fonseca
QB Comunicação
Vila do Conde 2003

Neste livro, democracia, economia e cultura cívica são analisadas, na perspectiva da tradição do socialismo democrático e perante as novas problemáticas colocadas pelo grande volume de informação existente nas sociedades actuais.

O fosso de confiança entre eleitores e classe política é apresentado como sendo um fenómeno próprio destas sociedades complexas, sendo exigidos novos paradigmas da democracia para a superação deste fosso. A possibilidade de estarem a surgir novos modelos de representatividade democrática, nos quais o representante não é escolhido pelo representado, é discutida pelo autor, no âmbito de experiências actuais, como as sondagens deliberativas e o orçamento participativo.

Por outro lado, parafraseando vários investigadores, considera-se que as características especiais da informação enquanto mercadoria económica estão a colocar em causa a adequação dos paradigmas do mercado económico. Defende o autor que é, sobretudo neste âmbito, que as configurações democráticas emergentes recolocam a questão do planeamento económico, do mercado e da orientação da investigação científica. Na decorrência, surgiram as representações democráticas dos consumidores, com novas exigências na sua própria preparação cognitiva e assumindo novos papéis de planeamento e orientação. Também, as limitações a nível de sistemas de incentivo e da qualidade da condução política das empresas públicas e da administração pública são analisadas. Equaciona-se a possibilidade destas limitações serem superadas, mediante a introdução de novos métodos de incentivo e de uma maior abertura da administração pública à participação dos utentes.

Num quadro multidisciplinar, muito vasto e recorrendo a bibliografia atualizada, a democracia e a economia são também pensadas, juntamente, com a cultura cívica e a promoção de valores de liberdade, cooperação, solidariedade e auto-estima, no quadro de novas políticas culturais e de regulação dos meios de Comunicação Social.

O ceticismo do autor sobre a possibilidade de se manter o Estado Social, num mundo de mercado globalizado e com a actual tendência de demissão do sector económico público, é generosamente contrabalançada pelo seu optimismo sobre a potencialidade dos novos paradigmas e a sua coerência com a tradição do socialismo e da liberdade democrática.

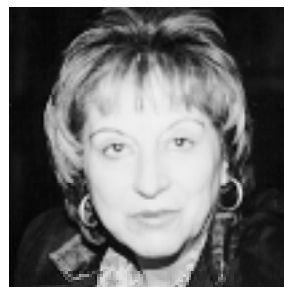
O livro acaba por ser mais um apelo ao movimento socialista para que se coloque os novos desafios de repensar a democracia, a economia e a cultura, encarando-os de forma arrojada e coerente com a tradição do socialismo democrático.

A forma condensada na qual o livro apresenta estas teses, resultantes da síntese de anteriores trabalhos de investigação do autor, cria expectativa para debates e reflexões sobre estes temas de considerável risco teórico mas com significativo potencial de inovação política.

Opinião

AUTÁRQUICAS 2005 A REFLEXÃO

O debate, a mobilização e a transparência que antecedeu o XIV Congresso e a eleição do Secretário-Geral trouxe aos portugueses um capital de esperança, que acrescenta ao PS reforçadas responsabilidades para as eleições autárquicas



JULIETA SAMPAIO

A comunicação social escrita tem vindo a informar que o projecto autárquico do Partido Socialista passa pela realização de uma Convenção em Fevereiro de 2005, antecedida da escolha de todos os putativos candidatos aos municípios. Uma informação, que pretende passar uma mensagem de planificação e de definição da estratégia política, que sendo muito positiva, pode revelar-se insuficiente, se não acompanhar as freguesias.

O debate, a mobilização e a transparência que antecedeu o XIV Congresso e a eleição do Secretário-Geral trouxe aos portugueses um capital de esperança, que acrescenta ao PS reforçadas responsabilidades para

as eleições autárquicas. Tendo o SG dito que era objectivo do Partido reconquistar as Câmaras de Lisboa e Porto, entre outras, há que reflectir sobre a importância de definir estratégias políticas locais coordenadas entre as Comissões Políticas Concelhias e as Secções. Nas grandes cidades não se ganham os Municípios perdendo as grandes freguesias. Há nestes casos um espantoso arrastamento de voto que deve ser ponderado.

Os Estatutos são claros ao atribuir às Assembleias de Militantes, no caso das listas para as freguesias, a aprovação da lista candidata, mas igualmente do Candidato a Presidente da Junta. Geralmente é um processo pouco participado em que as escolhas dependem da proposta do Secretariado, muito interiorizada e sem uma avaliação cuidada junto dos eleitores. Há freguesias, em que o candidato tem variado de semana para semana, o que para além de baralhar o eleitorado, enfraquece sempre a escola definitiva. Por tudo isto, e porque corre o mês de Novembro e Dezembro é um mês especial, tenho para mim que começa a ser necessário incluir neste projecto a auscultação aos responsáveis políticos das Secções de residência.

Não fará sentido, nem será politicamente correcto, por exemplo no Porto, apresentar o candidato do Partido à Câmara, sem que em simultâneo haja um decisão para as freguesias de Paranhos, Cedofeita, Ramalde e Nevogilde, que se perderam e é fundamental recuperar para uma coerente política do Partido Socialista na cidade do Porto. Penso mesmo, que o Partido teria tudo a ganhar, se optar por projectos políticos coordenados, especialmente nas freguesias que têm fronteiras, mostrando ao eleitorado que conhece os problemas da cidade e que muitos deles estão dependentes das soluções de outros nas freguesias vizinhas. Um nova filosofia de ver a cidade, de criar novas dinâmicas e reduzir as assimetrias.

Novas Fronteiras com novas políticas a pensar nas pessoas, ligar as gerações e criar espaços de convivência e confraternização são a grande aposta dos socialista para as autárquicas de 2005. É o que os cidadãos esperam de nós.

CORREIO DOS LEITORES

SOBRE OS PROLONGAMENTOS DA LINHA VERMELHA DO METRO

Esta rubrica designada "Correio dos Leitores" está aberta a todos os militantes que pretendam enviar-nos os seus pontos de vista sobre questões que considerem relevantes. A direcção do "Acção Socialista" reserva-se o direito de ajustar a dimensão dos textos em função do espaço disponível. Os endereços são: accasocialista@ps.pt ou, por correio normal, para Partido Socialista, Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa

Os recentes problemas no túnel do Rossio devem servir de chamada de atenção para o grave inconveniente do metro não chegar à estação ferroviária de Campolide. Esta ligação não parece estar prevista nos projectos de prolongamento da linha vermelha recentemente divulgado nos jornais, em que é indicada a chegada ao bairro de Campolide, mas não à estação ferroviária. Embora as obras do prolongamento para Oeste já tenham começado junto à Alameda Afonso Henriques, a administração do Metro está, ainda, certamente a tempo de fazer um esforço para rever os projectos de modo a tentar evitar, ou pelo menos minorar, este grave inconveniente para a cidade.

No prolongamento a partir da estação do Oriente, o projecto agora apresentado, com uma apertada curva para a esquerda para poder chegar ao aeroporto da Portela, é uma alternativa ao prolongamento anteriormente previsto da linha sair para fora de Lisboa do lado de Sacavém. Estas duas soluções devem, na minha opinião, ser objecto de um amplo debate público em que sejam facultadas todas as informações necessárias para serem cuidadosamente ponderadas.

Mas, uma vez que a chegada ao aeroporto é um dos argumentos em favor da nova solução, deve ser lembrado que a distância da estação do metro do Oriente ao aeroporto da Portela (2 km) é da ordem de grandeza de distâncias percorridas por autocarros no interior de alguns grandes aeroportos. A empresa do Metro pode, assim, sem construir nenhuma infra-estrutura pesada, servir bem os passageiros e os outros utentes do aeroporto. Basta-lhe combinar com a ANA uma ligação por autocarros, em que sejam aceites os bilhetes do metro, do Aeroporto à estação do Oriente pela Av. de Berlim, e talvez, também, uma outra até à estação do Campo Grande.

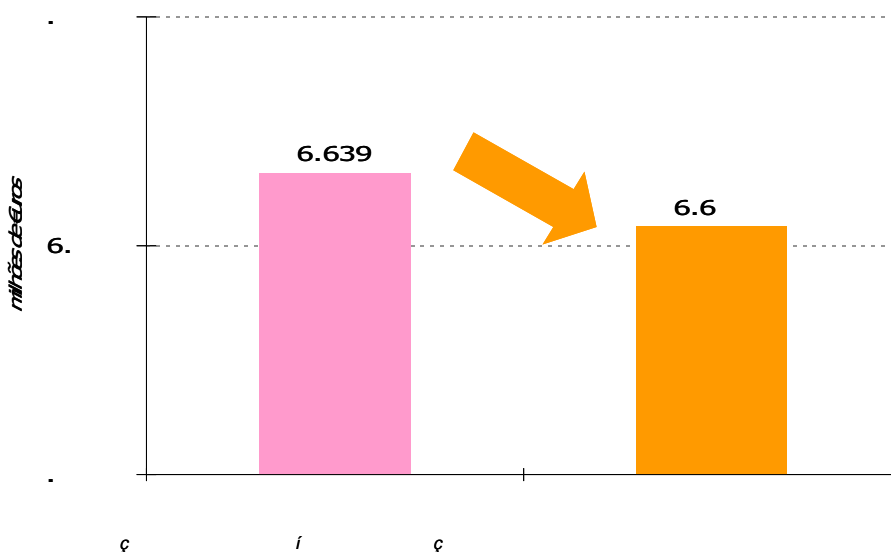
Tratando-se de trajectos muito curtos, para assegurar ligações frequentes e cómodas, basta comprar alguns poucos autocarros com entradas pelo meio para facilitar a entrada das bagagens.

MENOS 500 MILHÕES DE EUROS EM INVESTIMENTO PÚBLICO

Piddac icia

Vsac

Comparando o PIDDAC proposto para 2005 com o último do Governo do Partido Socialista, verifica-se que o investimento público regista uma baixa de 7 por cento: menos cerca de 500 milhões de euros.



SUGESTÕES

por LUIZ FAGUNDES DUARTE

COM A BOCA CHEIA DE RISO



O semanário "Expresso" está a publicar uma nova edição de um dos grandes clássicos da literatura portuguesa — aquela obra que já ouvi muito boa gente dizer que, se tivesse que escolher um livro para levar consigo para uma ilha deserta, seria a que, sem hesitação, levaria: falo da *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto. Neste livro único, escrito com viveza e elegância, encontramos o relato do olhar fascinado, mas inteligente e aberto ao Outro, do aventureiro português da era de quinhentos que, no seu contacto com uma civilização grande e antiga, é capaz de perceber que, afinal, tudo aquilo que de velho sabe — se não é nada, é pelo menos diferente; e que tudo aquilo que de novo encontra — se não só é muito, também é pelo menos diferente. Cada vez que leio a *Peregrinação*, fico com a sensação de que precisaríamos, hoje, de um novo Fernão Mendes Pinto que nos ensinasse a ler o mundo em que vivemos — poluído por, entre outros, Bushes e Putines, mas também pelos salazarentos de várias épocas que, com medo à inteligência, criaram o mito de "Fernão, mentes? Mintol!" —, e que nos contasse coisas semelhantes às do encontro dos seus heróis com a princesa de Tigremahom, mãe do Preste João,

que assim recebera os aventureiros lusitanos: "E mandando-nos assentar em umas esteiras, quatro ou cinco passos afastados de si, nos esteve perguntando, com a boca cheia de riso, por algumas cousas novas e curiosas, a que diziam que sempre fora muito inclinada: pelo Papa, como se chamava; quantos reis havia na Cristandade; se fora já algum de nós à Santa Casa, e porque se descuidavam tanto os príncipes cristãos na destruição do Turco; e o poder que el-rei de Portugal tinha na Índia se era grande, e quantas fortalezas havia nela e em que terras estavam, e outras muitas cousas desta maneira. E das respostas que os nossos lhe davam mostrava ficar satisfeita. E com isto nos despedimos dela, e nos recolhemos ao nosso aposento" (cap. IV).

Em complemento à leitura da *Peregrinação* — que se recomenda em qualquer edição disponível —, e porque nunca deixámos de sonhar com os orientes, proponho que se dê um salto à Biblioteca Nacional, para ver a excelente exposição sobre uma das componentes da nossa identidade: "Os Portugueses e o Oriente (1840-1940). Sã, China, Japão".

Acção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL N.º 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o